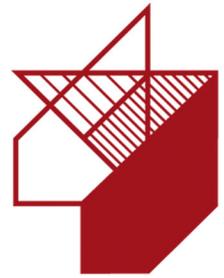




50
ANOS

1974
2024

UNICAMP
Programa de
Pós-graduação



Ciência Política

A experiência docente na pesquisa acadêmica

Entrevistada
Angela M. Carneiro Araújo

18 de abril de 2024

Acervo Digital Cedec-Ceipoc

Coleção de 50 anos
do Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política
IFCH/Unicamp

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Unicamp:

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Diretores do IFCH

Andreia Galvão

Michel Nicolau Neto

Coordenador do PPGCP

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Subcomissão do PPGCP

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Andrei Koerner

Wagner De Melo Romão

Equipe Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

Pesquisadores

Andrei Koerner (Coordenador)

Lígia Barros de Freitas

Mariele Troiano

Raquel Kritsch

Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Aurora Leão Botelho

Waleria Oliveira Vicente Ferreira

Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi

Lucas Baptista

Ozias Paese Neves

Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Esta coleção traz entrevistas com docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Unicamp, e faz parte do projeto de memória por ocasião da comemoração dos seus cinquenta anos. O PPGCP foi criado em 1974 com uma proposta inovadora, com aprofundada formação teórica e metodológica de caráter multidisciplinar, para a produção científica de ponta e engajada na transformação das condições políticas e sociais do Brasil. Um dos mais tradicionais e importantes da área de ciência política no país, na qual imprime a marca da sua 'heterodoxia rebelde', o PPGCP recebeu nota máxima no último processo de avaliação da Capes.

A memória dos docentes do PPGCP confunde-se com a história da ciência política brasileira e com as transformações mais globais em nossa política e sociedade. O período compreende mudanças de grande alcance no regime político, na sociedade e no modelo de desenvolvimento do país, na forma de organização da Universidade, nas referências teóricas e modelos de pesquisa em ciências sociais e ciência política, bem como nas condições materiais e técnicas de pesquisa.

As entrevistas foram desenhadas com um espectro amplo de temas, para serem capazes de abarcar e registrar essas transformações como um todo. Como documentos de memória, elas trazem relatos da experiência didática e de pesquisa dos docentes, que traçam a formação e as mudanças dos programas e dos métodos de trabalho dos docentes. Eles estabelecem concretamente as articulações entre as mudanças no contexto político, as condições institucionais e objetivos do PPGCP com os projetos individuais e coletivos dos docentes pesquisadores. Esses documentos servem como instrumentos de apoio à formação dos discentes na medida em que disponibilizam, de forma sistemática e acessível informações sobre a trajetória das pesquisas e os vínculos entre projetos, atividades e produtos do PPGCP. Por isso, os documentos de memória servem como materiais para a pesquisa sobre o pensamento político brasileiro, uma das linhas do programa.

As entrevistas foram realizadas pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, cujo objetivo é estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos. A pesquisa foi financiada com recursos do PROEX/Capes (Proc. AUXPE n° 444/2021).

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Coordenador: Andrei Koerner

ENTREVISTADA:

Angela Maria Carneiro Araújo

Entrevistadores:

Celly Cook Inatomi

Bárbara Castro

Roberto Vêras de Oliveira

Andrei Koerner

Data de realização:

18 de abril de 2024

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, julho de 2025.

INÍCIO DA ENTREVISTA¹

Celly Cook Inatomi: Hoje, dia 18 de abril, damos continuidade às entrevistas com o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em comemoração aos 50 anos do programa..

Quem está conosco hoje é a professora Angela Maria Carneiro Araújo, atualmente professora livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (PAGU). Angela é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Ela realizou duas pesquisas de pós-doutorado fora do Brasil, na Universidade de Manchester e no Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris. Essas experiências seguem rendendo frutos, não apenas em termos de publicação, mas, sobretudo, através de orientações, intercâmbios e disciplinas que ela disponibiliza no curso de graduação. Além disso, a professora também contribuiu significativamente em espaços de representação docente na Universidade, ocupando cargos administrativos no Departamento de Ciências Sociais e no Departamento de Ciência Política da Unicamp. Além disso, Angela Araújo também foi diretora do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), contribuindo com a mudança do espaço do acervo e com o aumento considerável da sua coleção.

O trabalho da professora Angela sobre sindicalismo fundou e marcou uma das mais fortes e importantes linhas de pesquisa da Unicamp, tornando-se referência obrigatória para aqueles que estudam o tema. Não menos importante, suas outras pesquisas a respeito das reconfigurações produtivas no mundo do trabalho, as novas formas de organização dos trabalhadores e precarização, além das relações disso com questões de gênero e raciais, já ajudaram a formar uma grande quantidade de mestres e doutores e trouxeram novas disciplinas para o Instituto.

Esta entrevista foi construída em colaboração com Bárbara Castro, professora do Departamento de Sociologia da Unicamp, que foi orientada por Angela no doutorado e que hoje é sua colega de pesquisa e de Instituto, e com o professor Roberto Vêras de Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Faremos uma incursão sobre os pontos que levantamos previamente, que serão explorados com mais profundidade para detalhar a sua trajetória e para o IFCH como um todo. É um prazer tê-la conosco, professora. Seja muitíssimo bem-vinda.

Angela Araújo: Muito obrigada, Celly. Muito obrigada pelo convite e por realizar esta entrevista.

Celly Cook Inatomi: Nós que agradecemos sua disponibilidade e presença, professora. Nosso roteiro está dividido, basicamente, em três partes: atividades atuais, sua formação e, depois, gostaríamos de saber sobre suas perspectivas para o futuro. Iniciando pelas atividades atuais, professora, começaremos pela sua relação com a sala de aula, alunos e orientandos. Você considera que houve alguma mudança na sua forma de lecionar ao longo desses últimos anos? Se sim, por que isso se deu e qual é a importância disso na sua trajetória?

¹ Entrevista transcrita por Carla Vreche.

Angela Araújo: Talvez, a experiência de mudança mais importante que eu tive nos últimos anos aconteceu na disciplina “Estágio em Ciências Sociais”, que é uma disciplina compartilhada entre os Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, envolvidos na Licenciatura em Ciências Sociais. Quando ela é dada pela Ciência Política, eu sou a responsável. Isso acontece desde o momento que começamos a oferecer essas disciplinas, que chamamos de “Estágio I” e “Estágio II”, por meio dessa divisão entre os departamentos – se não me engano isto ocorreu a partir de 2008. Eu sempre ofereço a primeira. Penso que meu estilo de dar aula foi mudando um pouco com essa disciplina, porque eu comecei a fazer muitas leituras sobre a questão da relação professor-aluno. Como é possível transformar as aulas em algo mais agradável e interessante? A leitura de Paulo Freire me influencia muito. Creio também que, por outro lado, a presença dos nossos alunos indígenas tem me mobilizado bastante. Neste ano, por exemplo, eu tenho dois discentes indígenas na turma dessa disciplina. Essas foram as duas razões.

Eu realmente mudei. Faço muito mais aulas dialogadas e gosto sempre de saber da experiência dos alunos nos estágios, de ouvi-los em relação à questão que vamos discutir e não apenas sobre as suas trajetórias. Hoje, por exemplo, eu dei aula sobre violência e *bullying* na escola. Nós conversamos o tempo todo. São duas horas de aula. Além das outras aulas na Unicamp, na maior parte do tempo, eles estão nas escolas de ensino médio fazendo o estágio. E foi uma aula muito rica, porque vários deles começaram a contar sobre a sua própria experiência quando estavam no curso Fundamental ou no Ensino Médio. Eles relatavam como vivenciaram situações de violência e de *bullying*, e, alguns deles, até relataram uma relação difícil que tiveram com um professor – porque ele foi autoritário ou desprezava aquele aluno. Todas essas questões nos ajudam a refletir sobre qual deve ser a atitude do professor quando se observa alguma cena desse tipo. Ficamos tentando caracterizar um pouco mais essa experiência de *bullying* e foi muito interessante. Um menino homossexual e uma menina negra disseram isso claramente. Ele comentou que sofreu *bullying* na escola, o tempo todo, porque tinha um jeito meio afeminado. E ele cresceu com isso até o momento em que não queria mais ir para escola, tendo a família que fazer um esforço para mantê-lo ali. Conto isso somente para vocês terem uma ideia, do que ocorria e ainda ocorre com os jovens nas escolas.

Eu também trabalho com várias outras dinâmicas que, às vezes, envolvem músicas, filmes e poesias. Há outras coisas que, às vezes, os alunos trazem a partir do interesse deles. Igualmente, trabalho com imagens, que podem ser desde uma história em quadrinho, fotografias, pinturas, desenhos etc. E isso é muito estimulante, pois, quando eles trazem esses materiais, a dinâmica da aula muda e fica muito interessante.

Celly Cook Inatomi: Eu imagino, professora. É uma forma completamente diferente de se dar aula. E eu me pergunto se, ao interagir com novos alunos e novas turmas, novos temas de interesses têm surgido entre eles ao longo dos últimos dez anos. Como você vê a reação e a interação deles diante da atualidade política e dos problemas sociais e econômicos que vivenciamos hoje? Que temas você acredita que tem mobilizado mais os alunos nas discussões em sala de aula?

Angela Araújo: Nessa disciplina que eu comentava, percebo, por exemplo, que a questão de gênero é muito forte. Isso sempre está colocado em discussão. Outro tema que começou a aparecer é a questão da raça. É engraçado que isso não tenha aparecido antes. A questão do meio ambiente é outro ponto que despertou interesse de alguns alunos da última vez que eu lecionei essa disciplina, há dois anos, em 2022. Agora, estou com expectativa a respeito do que os alunos indígenas vão tentar trabalhar. Eu peço aos alunos que preparem uma aula para apresentar no final do semestre e trabalho com eles os temas que eles querem abordar. Eles trazem músicas, filmes e um novo texto como alternativa.

Eles estão vendo esse movimento, que agora obriga professores a trabalharem com os slides passados pelo Estado, e percebem esse material como muito pobre do ponto de vista da Sociologia – tanto em relação aos temas quanto à forma como os assuntos são tratados. Os professores estão muito revoltados com a falta de autonomia para decidir o que vão abordar nas aulas. Houve um período, no estado de São Paulo, em que os docentes e as escolas podiam escolher os livros didáticos. Eu tenho cópia desse material e passei tudo para eles. E agora, segundo esses alunos, nem livro didático existe mais, são apenas esses slides que o Estado manda e os professores são obrigados a trabalhar com eles em sala de aula. Os alunos não sabem se existe alguma chance de o professor usar materiais alternativos, como uma música ou um filme. Mas, mesmo assim, eu tento prepará-los para trabalhar com uma temática que julgam importante e que, ao menos, esteja prevista no currículo de Sociologia para o Ensino Médio.

No começo, a coisa mais difícil nessa disciplina de “Estágio” era que ela permitia que os alunos fizessem estágio nas três séries do Ensino Médio, pois a Sociologia era oferecida no primeiro, segundo e terceiro anos. Agora, a matéria é oferecida somente no segundo ano do Ensino Médio. São duas aulas por semana de apenas 45 minutos. E isso acabou. É difícil até para eles conseguirem completar as 90 horas de estágio necessárias por semestre. Para alguns, tem sido bastante complicado resolver isso, porque não é sempre que a escola onde eles conseguem estagiar é a melhor para eles. Às vezes, ela não fica perto ou no caminho de casa, ou ainda não tem a quantidade de aulas necessárias para fazer o estágio completo.

Celly Cook Inatomi: Além dessa disciplina de “Estágio de Ciências Sociais” – em que você mencionou aplicar outras metodologias, como filmes e poesias – imagino que também deva ter discussão de livros e textos, assim como em outros cursos. Existe alguma leitura específica que você tem preferido explorar mais em suas aulas?

Angela Araújo: Sim. Eu trabalho com dois livros que são quase que manuais, mas são muito bem-feitos. Eles foram produzidos por um conjunto de professores da área de Educação e da Sociologia que se juntaram para essa publicação. Um deles, organizado por um grupo de professoras, principalmente, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), se chama *Ensinar e Aprender Sociologia*². É muito interessante, especialmente, a discussão que elas fazem sobre a questão do *bullying* e da relação professor-aluno. O outro livro que tem o título de

² Bridi, Maria A.; Araújo, Silvia M.; Motim, Benilde L. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

*A Sociologia Vai à Escola*³, foi organizado por dois docentes das Universidades públicas do Rio de Janeiro e contou com um grupo importante de autores vindos das Universidades do Rio de Janeiro, da USP e da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Igualmente no estilo manual, essa obra também aborda a questão prática da relação professor-aluno nas aulas e incentiva o trabalho com esses temas que eu já mencionei.

Na turma atual, estou sentindo que os discentes estão bem chateados com o tipo de dinâmica das aulas que eles estão assistindo nas escolas, com esse formato fechado e de slides: “É isso e não se pode mais nada”. O professor não tem a possibilidade de mudar e, em vez desse conteúdo, trazer outra coisa, como um filme. Ele está amarrado: tem que chegar ao fim de certa parte do slide para terminar aquela determinada aula. No geral, o resto do tempo é usado para exercícios que os alunos vão fazer em casa e na próxima aula. Então, os discentes da minha disciplina estão bem chateados e eu acredito que isso se deve ao fato deles não poderem experimentar uma didática melhor. Tendo um pouco de autonomia, eles poderiam acompanhar muito mais e testar didáticas diferentes. Na minha visão, isso é algo importante e, agora, está todo mundo preso a essa visão fechada da Secretaria de Educação – que eu não sei se é do Ministério da Educação ou da Secretaria Estadual. Não há liberdade nem para escolher o livro que será utilizado. Deve-se seguir à risca aquele modelo e os professores são cobrados por isso. Isso dificulta muito a aprendizagem dos alunos, que podem terminar o ano sem saber exatamente o que é a Sociologia.

Celly Cook Inatomi: De certa forma, professora, tudo isso que você está nos contando é um sintoma, ou seja, um reflexo de um período de crise que estávamos vivendo no ensino de Sociologia e até de Filosofia – e que, de fato, afeta os alunos. Eu gostaria de saber em que medida essa crise política da última década – que também pode ser entendida como uma crise econômica – exerceu alguma influência nas suas pesquisas, nos temas e nas suas formas de trabalho, para além das questões já apontadas na disciplina de “Estágio de Ciências Sociais”. Existiu algum impacto?

Angela Araújo: Não posso dizer que teve um impacto muito forte nas coisas que eu pesquiso, pois, desde a minha tese de doutorado⁴, me dedico à questão do trabalho e do sindicalismo. Essa é a minha área de pesquisa, a qual eu agreguei, primeiramente, a questão de gênero e, mais recentemente, a de raça. Existem algumas outras coisas que eu estou querendo pesquisar, mas que ainda não comecei.

Na realidade, eu estou participando de um projeto grande. É uma proposta para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) que montamos recentemente, a qual está no âmbito do CEPID. Esse Programa vai além de organizar ou ter um grupo de pesquisa e apresentar uma proposta de um projeto temático. Nesse circuito, nós propusemos à Fapesp algo que reúne muitas pessoas – em torno de 70 – entre pesquisadores e professores, além de pós-doutorandos e alunos de doutorado e mestrado. É um projeto bem interdisci-

3 Oliveira, Anita; Handfas, Luiz F. *A Sociologia vai à Escola*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009.

4 Araújo, Angela M. C. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 1994.

plinar que conta com os colegas da Economia, pessoas do IFCH e o pessoal da Faculdade de Educação, da Saúde, especificamente da área da Saúde do Trabalho, e, ainda, colegas do Instituto de Computação, que vão contribuir com a pesquisa focando nas novas tecnologias e nas transformações tecnológicas nas empresas. Dentro desse circuito, nós temos as linhas específicas e algumas transversais. Eu e a Bárbara Castro, por exemplo, participamos da mesma linha transversal e da linha de gênero.

Eu ainda participo de um grupo que aborda a atuação sindical e as mudanças do sindicalismo. É uma coisa que eu estou querendo fazer – que é algo que já fiz uma vez, mas que não tem sido possível por ter uma pesquisa pequena e restrita aos sindicatos sólidos, como dos metalúrgicos de Campinas –, e que precisaria de uma ampliação ao que faço hoje, seria buscar alguns sindicatos que ainda não pesquisei e tentar entender como é que eles estão trabalhando com as questões de gênero e de raça. Os metalúrgicos de Campinas, por exemplo, há muitos anos têm uma comissão que trata desses temas, e que passou a ter uma importância cada vez maior com a vinda de várias empresas do setor da indústria eletrônica para a cidade, tais como a Motorola e a Samsung, além de outras que fabricam computadores e celulares. Essas empresas têm uma maioria de mulheres na sua base. A presença de mulheres no setor metalúrgico cresceu bastante. A situação saiu de 10% para quase 40%. Esse é um dado da última pesquisa, que preciso atualizar.

A atuação dessa comissão teve uma importância muito grande ao longo desses últimos 20 anos na atuação das mulheres, seja nas empresas ou em greves. Por outro lado, porém, eu desconfio que não há algo no mesmo modelo para a igualdade racial. Como eu ainda não tive oportunidade de verificar, eu tenho isso como uma desconfiança. O trabalho deles, porém, é muito pequeno e restrito, porque eu não vejo nenhuma notícia nos boletins e jornais dos sindicatos que eu acompanho. Eu estou sempre observando isso nesses materiais e ainda não apareceu algo. Há outros sindicatos que também têm essas comissões e eu tenho muita curiosidade a respeito disso. É nessa situação que, igualmente, os sindicatos têm cada vez mais dificuldade de atuação, devido à crise sindical. Se o nosso CEPID for aprovado – e o resultado deve sair em maio –, eu tenho interesse em pesquisar isso, ou seja: como essas comissões atuam, se elas têm realizado um bom trabalho e quais são os resultados alcançados. Essa é a minha intenção de pesquisa dentro do CEPID.

Celly Cook Inatomi: Pela experiência, deve ser aprovado, professora.

Angela Araújo: Não somos somente nós que estamos apresentando um projeto, temos concorrentes. Então, não sabemos. Estamos com essa formação de professores há um tempo um pouco maior que cinco anos e isso é interessante. Temos cinco anos de financiamento, o que é bem importante.

Celly Cook Inatomi: A nossa próxima pergunta é justamente sobre a construção dessa rede de pesquisadores que vemos em seu entorno. Ela é bem grande. Você começou na Universidade de Manchester, depois com a Universidade de Paris, e também há o exemplo do projeto que esteve sob coordenação da professora Aparecida Neri, da Faculdade de Educação

da Unicamp, e da socióloga francesa Danièle Linhart, intitulado “Organização e condições do trabalho moderno: emprego, desemprego e precarização do trabalho”. Gostaríamos de saber em que medida essa rede ou outras das quais você faz parte continuam a atuar e beneficiar seus alunos e pesquisadores aqui no Brasil, no IFCH. Você faz parte de algum convênio desse gênero?

Angela Araújo: A primeira experiência que você mencionou, em Manchester, foi muito interessante. Depois, eu até fiz um pós-doutorado lá e esse foi um momento muito importante para mim. Foi através de colegas do Rio de Janeiro, do José Ricardo Ramalho, principalmente, que entramos em contato com esse grupo de Manchester, que era igualmente estudioso da questão do trabalho. Alguns deles vieram para o Brasil e foram ao Rio de Janeiro. Nós combinamos de trazê-los a Campinas e, quando eles vieram, foi uma oportunidade em que nós conversamos muito em reuniões das quais participaram alguns alunos de doutorado que eu orientava na época. Eles, inclusive, fizeram apresentação de seus trabalhos. Foi realmente muito interessante. Eles fizeram essa proposta e nós acabamos aceitando fazer uma pesquisa em conjunto.

Começamos essa conversa entre 1998 e 1999, mas o projeto acabou saindo no começo dos anos 2000. A dinâmica era a seguinte: cada novo grupo de um país que entrava, os seus pesquisadores tinham que buscar recursos. Nós pedimos para a Fapesp, e o fato de ser um grande projeto internacional, envolvendo sete países, foi muito importante para obtermos a aprovação. Nós pegamos um setor que estava passando por um grande processo de reconstrução e internacionalização, o metalúrgico, que produzia a chamada “linha branca” dos grandes eletrodomésticos, como geladeira, máquina de lavar, fogão etc., cujas empresas internacionais chegaram ao país mais no final dos anos 1990. Olhamos exatamente para o período em que todas as empresas nacionais foram compradas pelas grandes multinacionais. Além disso, a Electrolux, por exemplo, se instalou em São Carlos. Em Campinas, tínhamos a Motorola, mas ela pertence ao setor eletrônico. Ou seja, quando nós começamos a pesquisa, as grandes empresas nacionais já tinham desaparecido: Brastemp, Prosdócimo, Consul e a Dako em Campinas. Todas elas foram compradas pelas grandes marcas internacionais. Foi interessante porque, às vezes, as empresas que encontrávamos aqui também estavam presentes nos outros países da pesquisa, como no Reino Unido e na África do Sul – não estou certa se a Espanha estava incluída. Havia muitos países da Ásia e árabes, como Turquia, Taiwan e mais dois, dos quais não me lembro. Com isso, podíamos fazer pequenas comparações e, durante quatro anos, entre o início da pesquisa e a sua finalização, nós nos encontramos várias vezes. Geralmente, isso acontecia na Inglaterra, uma vez por ano, quando apresentávamos os resultados obtidos até aquele momento.

Nós montamos um questionário em conjunto, que era usado por todos. A nossa ideia era transformar todos os salários, por exemplo, em dólar, a fim de fazer a comparação internacional. Também tínhamos perguntas para os trabalhadores e para a hierarquia de chefes, gerentes etc., até chegar à presidência da empresa. No Brasil, não conseguimos entrevistar os presidentes das empresas, mas chegamos até os altos gerentes. E isso só aconteceu porque, em uma segunda vez em que alguns deles vieram para o Brasil, nos acompanharam até as empresas e conseguimos negociar a nossa entrada. Aqui é impossível. Os colegas nos dizem justamente isso, que é quase impossível fazer o que fizemos nesta pesquisa. Nós entrávamos nas empresas e entrevistávamos 50 trabalhadores do chão de fábrica, outras tantas pessoas

da hierarquia. Na realidade, nosso grupo conseguiu incluir outras perguntas, além daquelas que estavam no questionário, e com isso incorporamos algumas percepções que tivemos do chão de fábrica sobre o que estava mudando na relação entre os trabalhadores e os gerentes. Tivemos a capacidade de realizar uma análise um pouco mais ampla e falávamos disso em nossas apresentações. Nas reuniões, às vezes, apresentávamos a mesma empresa que o pessoal da África do Sul e da Turquia, pois assim tínhamos uma comparação entre países. Lembro que uma delas, a BSH (Bosch und Siemens Hausgeräte) estava presente em pelo menos três países.

A pesquisa foi muito interessante e nós a apresentamos em diversos congressos. Os ingleses e colegas dos outros países gostaram muito de nós. Foi uma experiência muito rica, pelo que obtivemos e pela interlocução de sete países com realidades muito distintas e, portanto, com resultados também diferentes. Essa foi uma experiência que continuou dando frutos. Com frequência, íamos à Inglaterra e, algumas vezes, enviamos alunos que tinham interesse em fazer doutorado sanduíche ou pós-doutorado lá. Eles recebiam a todos muito bem. Depois, em 2001, eu mesma passei um ano na Inglaterra fazendo o meu pós-doutorado.

O outro acordo internacional – que foi esse da França – durou muitos anos. Na realidade, ele começou com o pessoal da Faculdade de Educação, que é a Aparecida Neri, mas quem o coordenava era a Liliana Segnini. Do primeiro projeto que elas fizeram, nós, das Ciências Sociais, não participamos. Porém, do segundo em diante, nós passamos a ser incorporados. Elas nos convidaram porque queriam ampliar o grupo, até então formado por professores e alunos da Faculdade de Educação. O tema era “trabalho na educação”. Do lado francês, a coordenadora era Lucy Tanguy, que infelizmente faleceu há pouco tempo. Se não estou enganada, isso foi há um ano mais ou menos, não é, Bárbara?

Bárbara Castro: Acredito que vai fazer seis meses.

Angela Araújo: Foi uma perda importante. Todos nós sentimos muito o falecimento da Lucy. E, depois dela, outras pessoas ocuparam a coordenação do lado francês.

Nós conseguimos recursos do Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Cofecub, que é a agência francesa voltada para a pesquisa. Foi com isso que nós nos mantivemos. Sempre quando o projeto estava para terminar, a cada quatro anos, nós o refazíamos, incluindo questões que nos pareciam interessantes de pesquisar. Esse foi o motivo pelo qual nós conseguimos nos manter. E essa experiência foi muito rica. Inclusive, tivemos algumas idas à França. A Bárbara, por exemplo, teve uma experiência de pós-doutorado muito importante lá. Praticamente todo ano, eu também ia à França em uma missão menor, em que apresentávamos a pesquisa, discutíamos e conversávamos muito com alunos de diferentes países que estavam por lá fazendo os seus doutorados. Foi assim que mantivemos nossa relação e debates ao longo dos anos. Se não me engano, conseguimos a renovação quatro ou cinco vezes. Terminamos em 2021 e agora a renovação ficou muito complicada.

Celly Cook Inatomi: Essa era uma pergunta que faríamos agora, a respeito das dificuldades que vocês têm enfrentado em financiamento de bolsas e pesquisas. Essa renovação faz parte disso?

Angela Araújo: As pessoas que atuaram mais nesse projeto, obviamente, já envelheceram. Eu estou com o “pé” na aposentadoria. A mesma coisa com a Neri, na Educação, que já se aposentou. Isso também aconteceu do lado francês e nós tivemos dificuldade para encontrar alguém capaz de assumir a coordenação do projeto por lá. Penso que foi isso que desanimou as poucas pessoas do GTM ainda envolvidas no último quadriênio do projeto e nós acabamos não renovando de novo. Por nós, teríamos renovado. Chegamos a discutir quem substituiria a Neri na coordenação brasileira e, inclusive, até tivemos uma conversa em torno do nome da Bárbara. Contudo, eles não conseguiram resolver essa questão da coordenação lá na França. Sem ter um coordenador pela parte francesa era impossível fazermos o projeto de um convênio. É necessário que haja as duas partes juntas, concordando, discutindo o tema e escrevendo a proposta etc.

Celly Cook Inatomi: Não houve dificuldades de financiamento?

Angela Araújo: Não, nós conseguimos, ao longo desse período, renovar todas as vezes, no final de cada quadriênio.

Celly Cook Inatomi: Atualmente também não tem tido esse problema?

Angela Araújo: Eu não posso confirmar se nós teríamos algum problema nesse financiamento que tínhamos. Passamos pela pandemia de Covid-19 e ele foi mantido, então, acredito que conseguiríamos. Mas, na verdade, ultimamente passamos a ter muita dificuldade com a Fapesp. Isso já acontecia um pouco antes e as reclamações pioraram durante a pandemia e agora. A Fapesp tem recusado muitas propostas, principalmente de bolsas, mas também de projetos de pesquisa. Todo mundo tem “batido com a cara na porta”, porque eles negam constantemente. Na minha visão, esse é um lado que tem sido difícil e as reclamações são gerais de colegas e de doutorandos e mestrados. Eu não saberia dizer se outras pessoas têm conseguido, por exemplo, recursos para seus próprios projetos de pesquisa.

Celly Cook Inatomi: Está ótimo, professora. Se alguém não tiver mais perguntas sobre esse primeiro conjunto de questões sobre atualidade, passamos para a sua trajetória acadêmica de pesquisa, que abordará como foi sua entrada nas Ciências Sociais.

Roberto Véras de Oliveira: Eu fiquei curioso em saber, Angela, se você tem recordação do tipo de questões que o grupo daqui inseriu nessa pesquisa com Manchester. Penso que seria interessante entender que tipo de temas vocês acrescentaram na pesquisa.

Angela Araújo: Sim, é uma questão interessante. Infelizmente, contudo, não me lembrarei de todos os detalhes. Eu teria que voltar ao texto e consultá-lo. Creio que tínhamos um foco principal, que era olhar para a questão da reestruturação produtiva. Ou seja, como

é que as grandes empresas desse setor se reestruturaram e quais eram os tipos de novas relações de trabalho que estavam sendo construídas ou que já tinham sido construídas dentro delas. Havia também o tema da relação da gerência com os trabalhadores. Eu me lembro bem de que havia toda uma discussão em torno da redução desses níveis hierárquicos e uma aproximação maior dos cargos mais altos com os trabalhadores. Chegamos a presenciar, por exemplo, em uma empresa brasileira – estou confusa sobre exatamente qual delas era –, a qual tinha sido comprada - que o gerente de produção tinha a sala no chão de fábrica. Ele tinha uma sala grande e confortável com a porta aberta para a fabricação. Dali ele tinha uma visão da área, das máquinas e de todo mundo trabalhando. Entrevistamos esse senhor e ele disse que era muito importante estar ali com a porta aberta para receber quem precisasse falar, incluindo os trabalhadores da produção, mas também as lideranças de equipe e de grupos de trabalho que foram implementados na fábrica. E nós percebemos que ali houve uma redução grande da quantidade de cargos da hierarquia, comparando com outras empresas. Eles tinham aquela coisa do líder de produção e a formação de grupos ou equipes de trabalho. Esses líderes, porém, tinham um papel pequeno. Eles não eram os chefes do grupo com autoridade para fazer qualquer coisa. Em sua liderança, acompanhavam a dinâmica daquela equipe, averiguando se ela tinha condições de melhorar em produtividade e qualidade etc. Nisso ele tinha um papel mais de liderança mesmo, o que era interessante.

As mesmas questões que apresentamos a esse líder que entrevistamos, além dos dirigentes em geral, foram colocadas para os trabalhadores. Isso foi muito rico na nossa experiência e eles não seguiram o mesmo caminho, pois argumentavam que faria aumentar muito o questionário, quando o desejo deles era fazer uma coisa mais enxuta para dar conta dos 50 trabalhadores de cada empresa. A partir da particularidade da nossa experiência, ouvimos muitos trabalhadores a respeito de como eles vivenciavam essas mudanças na hierarquia. Isso foi muito interessante porque tinha uma parte importante do grupo que era de trabalhadores da produção, que estavam lá com a “mão na massa”, com uma divisão de trabalho mais rígida, como na parte da montagem final das peças. Eles eram responsáveis por algo que exigia uma tensão forte e um cuidado com objetos grandes, como na união das partes de uma geladeira. E qual era a coisa que eles mais se queixavam e não conseguiam negociar? A rapidez da montagem. Cada vez mais, era exigido deles uma agilidade maior – o aumento da produtividade era contado no tempo de trabalho. E como isso, de fato, impactava os trabalhadores? Nós conseguimos saber isso porque ouvimos as partes de forma proporcional. Nós analisamos quantos trabalhadores havia em cada setor e, entendendo que o da montagem era o maior, entrevistamos proporcionalmente os trabalhadores até chegar aos 50.

O trabalho desses trabalhadores que montavam as geladeiras era um pilar. Eram eles que faziam a cobertura interna e a parte elétrica que faz a geladeira ficar gelada. Isso, porém, era feito por um maquinário. Eles ficavam na frente da máquina, atentos a determinados movimentos para que nada saísse do lugar – nessa peça grande não podia se mexer muito. O que acontece, porém, é que, em geral, existia uma tendência de se aumentar o ritmo da máquina e o trabalhador ficar ali tendo que seguir o ritmo dela. Isso era absolutamente estafante e nós conseguimos captar essa percepção. Em parte, nós sabíamos disso, mas é diferente quando se ouve o trabalhador falando. Os exemplos eram vários. E esse é um caso que envolve um número menor de peças e que eram grandes. Eu não posso dizer que é mais fácil, mas na montagem de um computador, por exemplo, é pior – eu tive a experiência, posteriormente de

visitar fábricas da área da indústria eletrônica. Nós percebemos essas questões de ritmo de trabalho e a de redução do número de trabalhadores, ponto que foi comentado nas conversas que tivemos. A fábrica já tinha sido muito maior em número de trabalhadores.

Outra coisa que foi uma novidade levada por nós, que os demais países nem passaram perto, foi uma mudança radical enfrentada pelas empresas nacionais após elas terem sido compradas. Os trabalhadores tiveram que lidar com o impacto muito forte da transformação na chefia e direção das empresas. Em algumas delas, inclusive, o diretor ou o gerente de produção, como é o caso da BSH, só falavam alemão. Ou seja, eles não conseguiam se comunicar com os trabalhadores. Quando estavam irritados, xingavam em alemão, e os trabalhadores me contavam isso assustados. A mudança também significou uma transformação muito radical de gestão, porque passou a ser mais autoritário. Existia uma cobrança muito mais forte do que antes para aumentar o ritmo de trabalho. E os trabalhadores falaram muito disso, pois queríamos saber como é que tinha sido a vivência deles nessa transição para uma gerência de outro país, falando outro idioma. Eles falaram muito sobre como se sentiram, inclusive, dizendo que estavam totalmente marginalizados e que não podiam mais conversar com seus chefes e gerentes porque falavam outra língua. Entendemos, portanto, como isso chegou a afetar os trabalhadores.

A única experiência mais bem vista pelos trabalhadores foi a da Electrolux, que aconteceu em São Carlos, mas, nesse caso, foi estabelecida outra forma de gestão mais moderna. Nela, os trabalhadores se sentiam muito satisfeitos. Um dia por semana, o presidente da fábrica ia tomar café com todos os trabalhadores. E isso não acontecia no restaurante da empresa, mas na área dos livros. O presidente conversava com os trabalhadores, o que foi bem diferente das outras experiências, envolvendo diversas formas de atividades. Também existia uma interação maior entre os gerentes e os trabalhadores, com uma sala de conversa para recebê-los. Então, uma experiência bem diferenciada em relação às demais empresas que acompanhamos.

Em resumo, nós construímos uma relação em que nós tentávamos coletar informações dos trabalhadores e dos gerentes, deixando todos colaborarem nisso. Ficamos muito chateados de não ter conseguido entrar na Dako, porque ela tinha sido comprada também, se não me engano, por uma empresa americana. Em outras, porém, obtivemos sucesso. Essa pesquisa foi muito rica.

Celly Cook Inatomi: Eu imagino, professora. Nós vamos ainda abordar algumas pesquisas que foram encabeçadas por você, então, você poderá falar um pouco mais delas daqui a pouco. Entraremos agora na sua trajetória acadêmica de pesquisa. Nós sabemos que você começou a graduação em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), em plena ditadura militar. Você poderia nos contar como se deu o processo de escolha por esse curso e como foi a experiência de começar essa graduação nesse momento da história do Brasil?

Angela Araújo: Começo dizendo que Brasília não era qualquer lugar do Brasil. Todos os milicos estavam na capital ou perto dela. Então, foi um período difícil, mas, também, com uma riqueza grande de coisas acontecendo.

Eu entrei no curso em 1970, vinda do magistério no Ensino Médio, cursado em uma escola pública importante de Belo Horizonte (MG), onde só tinha mulheres – o Instituto de Educação de Minas Gerais. Ali, eu tive uma professora de Sociologia, que “viajava” muito nas aulas e ia muito pouco aos pontos importantes, mas, por outro lado, também tive uma professora de Geografia que era a minha ídola. Ela era uma geógrafa que trabalhava muito com a questão social, e até econômica, vinculadas às áreas geográficas; enquanto não abordava nada de geografia física. Encantava-me como ela trabalhava com a questão social, porque essa era uma expectativa que eu tinha com a professora de Sociologia e que não avançou – o máximo que ela fazia era ficar falando da família em uma visão muito distante da Sociologia. Isso fez com que eu ficasse em dúvida entre cursar Geografia ou Sociologia. Outra opção foi a Comunicação, pois quando cheguei na UnB essa era uma área muito forte. Na seleção, eu entrei para Ciências Sociais, mas como eu tinha ainda certa dúvida, fiz disciplinas na Geografia e na Comunicação.

As primeiras disciplinas que eu fiz nas Ciências Sociais, todas introdutórias, já me convenceram e eu quis ficar. Naquela época, tinha uma coisa que me pareceu interessante também que era a obrigação de fazermos disciplinas na Economia e na História, como “História do Brasil”, se não me engano. Para mim, principalmente os cursos da Economia foram interessantes. Eu gostava muito de relacionar as questões dessa área com as da Sociologia. E eu tive professores de Antropologia igualmente muito bons e acabei terminando a minha graduação em Antropologia e Sociologia. Naquele momento, eu não fui para a Ciência Política porque era um momento muito complicado. Eu não sei o que aconteceu, mas, em 1968, houve uma intensa cassação de professores e 300 foram demitidos. Com um deles, pai de uma colega da Ciências Sociais e que depois se tornou muito minha amiga, pude ter conversas em que ele contou que eles haviam sido expulsos por problema político. Outra coisa interessante é que, naquele período, não existiam os diretórios ou centros acadêmicos; havia somente uma representação oficial dos estudantes junto ao colegiado do curso – como se fosse a Congregação do nosso Instituto – e fui eleita. Isso aconteceu no segundo ano, entre 1970 e 1971. E eu aceitei participar dessa representação oficial. O pessoal me disse que para reconstruir o centro acadêmico era necessário participar dessa representação e que, sem isso, seria mais difícil. Foi assim que me convenceram e eu permaneci durante esse tempo nessa representação oficial. Contudo, várias coisas aconteceram ao mesmo tempo.

No movimento estudantil, tínhamos essa questão de se encontrar e conversar para reconstruir os centros acadêmicos. E fazíamos isso com colegas de outras áreas, pois estávamos todos no mesmo prédio. Vocês conhecem o “Minhocão”? Todo mundo já deve ter visto alguma foto de lá. Todas as áreas tinham espaço ali e existia uma ala que era praticamente das Ciências Humanas: de um lado estavam as Ciências Sociais, a Economia e a História, na frente estava a Comunicação e, depois, a Educação. Ali, nesse esconderijo, todos nós conversávamos e fazíamos várias trocas sobre o movimento estudantil, que era algo que nos movia e que queríamos reconstruir. E, então, o que aconteceu? Em 1973, fizeram uma grande prisão de estudantes envolvidos com essa reconstrução das entidades estudantis. Eu fui uma desse grupo. Foi uma coisa muito louca. Os milicos desconfiavam do movimento estudantil e das reuniões que fazíamos com alunos de diferentes lugares. Além disso, morávamos em um conjunto de repúblicas que se relacionavam e, às vezes, participávamos de festas ou aniversários uns dos outros. E os milicos entendiam as repúblicas como parte do aparelho clandestino do partido comunista e

como um lugar em que todo mundo fumava maconha e usava drogas. Ser um aparelho clandestino, porém, não tinha a menor possibilidade. Ninguém nem falava nisso. Eu penso que, se houve entre nós alguém que tinha vindo de um partido clandestino, nós nunca soubemos – era uma coisa realmente escondida. Era sobre isso que eles queriam saber na prisão: a qual partido a pessoa pertencia e em que casa ela morava. E não tinha isso, era tudo invenção. Não havia ninguém ali ligado a partido nenhum. Nós éramos um grupo que queríamos reconstruir o movimento estudantil – essa era a nossa luta. E, obviamente, queríamos ter mais liberdade. Queríamos que a Universidade discutisse as coisas que nós gostaríamos de debater. Tudo isso era muito velado. E, nessa época, realmente, a ditadura infiltrou pessoas nas universidades. Foi uma coisa muito absurda. Não sei se em outros lugares aconteceu como na UnB. Lá tinha agentes infiltrados que nos acompanhavam nas salas de aula.

Eu fiquei presa por um tempo, mas não fui torturada. Vários outros/as colegas sofreram muito com torturas de vários tipos. Eles também não tinham nada a ver com o que pensavam os militares, mas sofreram com muitas ameaças de morte. Durante minha prisão, me faziam um conjunto de questões e eu não tinha o que responder, porque não fazia parte daquilo que estavam imaginando que eu fazia. Eu não era membro de um partido clandestino ou uma “maconheira” que ficava comprando drogas. Era uma coisa muito esquisita. Eu não entendia o motivo pelo qual eles foram até a minha casa me prender – e depois, em momentos diferentes, levaram colegas que moravam comigo. Depois eu consegui verificar no Serviço Nacional de Informação (SNI), com a ajuda de uma colega da História, as informações sobre a minha prisão. O pai dela era militar aposentado e foi através dele que ela conseguiu acesso às informações. Um amigo dele no SNI providenciou o documento. Foi aí que eu entendi o porquê deles me perguntarem sobre um “tenente” ou um tal de “Rogério”. Em todas as vezes em que fui interrogada, eles me perguntaram sobre essa pessoa. Com as informações do SNI, descobri que o tempo em que fiquei presa foi porque eles não conseguiram saber nada a respeito desse “tenente”. E eu dizia para eles: “eu não conheço ninguém com esse nome, nenhum militar”. Ao que eles respondiam que ele já tinha sido expulso. E eu reforçava dizendo que não conhecia ninguém e não tinha nenhum colega que tinha deixado de ser militar. Foi quando eles começaram a falar que tinham provas de que eu conhecia essa figura e que eles tinham uma foto minha com ele. Nunca me mostraram essa foto.

O que era realmente interessante era que eles tinham fotos minhas dentro da sala de aula, no “Bandeirão” e mesmo na biblioteca. Eles também tinham fotos nossas fazendo “grama 1” e “grama 2”, que era a forma como chamávamos os grupos que se reuniam no gramado em frente ao restaurante universitário para discutir os temas de nosso interesse. Na UnB, tinha um espaço enorme para isso, com uns bambuzais, e que era fresco para fazermos essas reuniões. E eles tinham várias fotos disso, inclusive de mim com um amigo, colega de sala, com quem eu gostava muito de estudar e fazer trabalhos solicitados nas disciplinas. Eu só o chamava pelo apelido e eu não sabia nada da história dele – ele nunca contou e eu nunca perguntei. E o apelido não tinha nada a ver com o nome dele, de fato. Depois, confirmei que ele era o “tenente”, o tal Rogério. E qual era a história? Ele tinha sido tenente das Forças Armadas. Ele era um cara mais velho, mas que entrou na Universidade praticamente junto comigo. Ele já tinha estudado na UnB uma vez e foi expulso conforme a Lei 477. Isso porque, ele era um militar e ao mesmo tempo era membro do Partido Comunista. Dentro do Exército, ele fazia aquele trabalho de partido clandestino. Como se chama isso mesmo?

Roberto Véras de Oliveira: Recrutamento?

Angela Araújo: Isso. Ele atuava dentro das Forças Armadas fazendo recrutamento. Então, eles me faziam várias perguntas sobre ele e eu não sabia de nada. Eu só sabia que ele era o meu colega “Tião” e isso bastava. Nós vivíamos estudando e preparando seminários juntos, pois gostávamos muito da mesma disciplina. De fato, nós realmente estávamos juntos, almoçando ou na biblioteca estudando. Perguntavam-me, assim, se eu não era um membro do Partido Comunista e que estava ali clandestina. Eu não tinha como responder, porque eu não era nada disso e nem sabia nada sobre os partidos clandestinos. Mas eu só percebi o grau de infiltração dos agentes militares entre os estudantes e na UnB quando eu vi a quantidade de fotos tiradas por eles. Não era uma época em que se tinham coisas muito potentes, existia apenas a máquina fotográfica normal. Como é que eles batiam tantas fotos de nós, alunos, em distintos lugares dentro da Universidade e da cidade de Brasília?

Bom, eu terminei a graduação, em 1975, no meio do ano, pois eu me atrasei por causa do trabalho. Fiz concurso e comecei a dar aula nas escolas públicas no Distrito Federal. A primeira escola em que eu dei aula ficava em uma das chamadas “cidades satélites”, que era bem distante. Eu levava uma hora e meia de ônibus para chegar lá, e o mesmo para voltar, o que me prejudicou muito porque eu perdi a possibilidade de fazer várias disciplinas. Eu fazia duas por semestre, porque era o que encaixava nos meus horários. Isso fez com que, em vez de me formar no final do ano de 1974, eu tenha me formado no meio do ano seguinte, em 1975.

As disciplinas de alguns professores de Antropologia também me atraíam muito. Eu fiz “Etnologia Indígena” e outras do tipo. É um exemplo disso um casal de professores que deram aula para mim: ele era inglês, o Professor Kenneth Taylor, e ela uma antropóloga brasileira. Eles eram estudiosos do povo Yanomami, tanto no Brasil quanto na Venezuela, e ele foi chamado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para montar um grupo para trabalhar junto às nações indígenas que estavam sofrendo diretamente um grande impacto por alguma decisão do Estado. Naquele momento, estava sendo construída a famosa rodovia Perimetral Norte (BR-210), que foi planejada para atravessar todo o norte do país e chegar ao Pacífico. Nos 100 primeiros km², para desmatar a floresta e passar a estrada, eles colocaram 800 máquinas pesadas e dois mil homens. Foi uma grande destruição e eles ainda continuariam pelo Estado do Amazonas. Quando chegamos, eles estavam no território de Roraima, e ainda avançariam em uma área de serra – onde foi encontrada uma grande área de mineração da cassiterita, mantida pelos governantes e proprietários de terra daquele território. Indo em frente com a estrada, os seus construtores encontrariam outros grupos indígenas. Em Roraima e no norte do estado do Amazonas, os indígenas, então, iriam sofrer dos dois lados: pela construção da estrada e pela mineração. Aldeias grandes, com 300 ou 400 pessoas, foram destruídas e várias doenças, como sífilis e gripe, começaram a contaminar o povo Yanomami – três ou quatro aldeias foram totalmente dizimadas pela construção da estrada.

O grupo do professor Kenneth Taylor foi montado exatamente para tentar intervir e cuidar um pouco dessas relações que já estavam minando a capacidade de sobrevivência das aldeias Yanomamis. A primeira coisa que tivemos que lidar foi tentar estancar esse adoecimento dos indígenas com aplicação de vacina. Ou seja, a primeira providência que tomamos foi justamente de cuidados com a saúde e de vacinação para todo mundo. E, depois, tínhamos o plano de tentar recuperar as aldeias que estavam destruídas. Nós também conhecemos aquelas que ainda iam ser atingidas pela construção da estrada.

Celly Cook Inatomi: Isso tudo aconteceu durante o período da graduação, professora?

Angela Araújo: Eu terminei a graduação em julho de 1975. Aí, eu fiquei seis meses em território indígena. O professor montou a equipe e me convidou. Eu aceitei na mesma hora, pois eu tinha muita vontade de conhecer algum povo indígena.

Celly Cook Inatomi: Essa foi a sua experiência com a questão indígena nos anos 1980? Enquanto você estava na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), você teve mais alguma outra experiência desse tipo? Ou foi só naquele momento?

Angela Araújo: Não, não tive. Eu pedia, mas não aconteceu. Era mais difícil fazer isso na UFMA. Eu não tinha colegas no Departamento de Sociologia e de Ciências Sociais que trabalhavam com a questão indígena diretamente, então não teve jeito.

Eu fiquei seis meses fazendo esse trabalho com o professor Ken. Éramos seis ex-alunos na equipe. Duas meninas e quatro meninos. Teve um momento, porém, que ele recebeu uma chamada dizendo que seria necessário ir à área onde havia mineração, pois os indígenas estavam em conflito com os garimpeiros e poderia acontecer uma matança. Se não me engano, o Ministério das Minas e Energia começou a combater a mineração nessa área, não por causa dos indígenas, mas porque essa atividade estava sendo dominada por criaturas poderosas daqueles territórios de Roraima e do Amazonas. E era algo absolutamente clandestino e ilegal, em que estavam envolvidos os governadores, prefeitos e outras figuras desse tipo – eram eles que levavam os garimpeiros de avião para aquele território e os produtos necessários para aquela grande quantidade de pessoas sobreviverem no garimpo. Em uma ocasião, os “chefões” pararam de enviar os aviões com os mantimentos e, então, o povo do garimpo começou a caçar os animais e atacar as roças indígenas. Foi então que os indígenas começaram a desesperadamente fazer arco e flecha para poder guerrear. Os garimpeiros iam matar todo mundo. Foi uma situação muito difícil.

Quando o Ken foi para lá, não quis me levar. A outra colega que estava na equipe desistiu dois meses depois do começo das atividades, então, fiquei como a única mulher do grupo. Eles estavam me protegendo. Essa foi a razão pela qual ele não quis me levar. Eram muitos homens e ele não conseguiria me vigiar o tempo todo. Como eu já estava muito envolvida com os indígenas da área próxima à rodovia onde estavam as aldeias Yanomami, permaneci sozinha fazendo o trabalho, enquanto eles seguiram para a região do garimpo. Eu estava tentando reunir o que restou das primeiras aldeias que foram destruídas, a fim de tentar ajudá-los a se recuperar e reconstruir uma aldeia em um lugar que eles podiam escolher. Eu já falava um pouco da língua, que aprendi muito com as crianças. Elas adoravam me ensinar e, se eu falava alguma coisa errada, era motivo de piadas – o lado divertido da aprendizagem.

Nesse trabalho, consegui localizar uma mulher que era uma liderança de uma dessas aldeias. Entre irmãos, é interessante ter uma mulher nessa posição. Foi ela quem conseguiu conversar com diversos grupos e, a partir disso, alguns homens se juntaram e fizeram uma entrada pela floresta para escolher um lugar e, depois, voltaram e nos contaram. Então, re-

solveram ir para lá limpar o terreno e iniciar toda a reconstrução da aldeia. Eu fui com eles a pé e fiquei por lá durante algum tempo. Atravessamos a estrada e a mata até chegar à beira de um rio, que era afluente do Rio Juruá. Foi quando os milicos resolveram realmente começar a investigar o garimpo e aviões com militares começaram a baixar por lá e a descobrir as ruas e grutas que estavam sendo feitas. Eles encontraram a nossa equipe ali no meio dos indígenas e em um lugar de extração de mineral – não de uma pedra preciosa, mas de um minério precioso em termos do que pode ser feito com ele – e começaram a cercar o Ken. Apesar de explicar que era professor, os militares pensavam que ele estava ali para levar para a Inglaterra uma parte do minério. Eles começaram a fazer um verdadeiro interrogatório, deixando o grupo amedrontado. Foi difícil, e o Ken não estava acostumado com isso. Ele resolveu entrar em contato com a Embaixada inglesa, explicar a ameaça e pedir proteção.

Bárbara Castro: Angela, foi uma trajetória de muita coragem, não é? Vocês estavam no meio de uma guerra. Eu queria aproveitar esse momento para fazer uma intervenção a partir de uma fala que você um dia contou para mim. A sua formação foi em Sociologia e Antropologia, e você também teve esse encanto com a causa indígena e essa experiência. E uma vez você contou que foi justamente isso que te fez redirecionar para a Ciência Política. Já que estamos aqui tentando também imaginar como fez essa transição de área, você poderia nos contar um pouco sobre isso? Eu me lembro de você ter feito uma reflexão muito bonita a respeito disso.

Angela Araújo: Eu não me lembro direito, mas, na verdade, eu já tinha feito uma seleção para o mestrado da Unicamp. Eu realmente estava em dúvida se eu fazia o mestrado em Sociologia ou em Ciência Política. Com essa experiência de trabalho com os indígenas, aprendendo cada vez mais a língua deles, eu queria ver a reconstrução da aldeia no lugar onde eles escolheram. Eu fiquei ali, mesmo sozinha, quando o grupo todo tinha ido embora de volta para Brasília. E, de repente, chega um barco com uma pessoa mandada pela Funai para me buscar, dizendo que eu precisava voltar para Brasília. Não lembro bem toda a história, mas o Ken foi embora porque estava com medo de ser preso. Eu fiquei apavorada com a forma como ele, o enviado da Funai, foi contando as coisas. Foi muito difícil me despedir dos indígenas e eu estava no meio daquele trabalho. E, em parte, eu era responsável por eles estarem ali juntos reconstruindo aquela aldeia. Tive que ir embora antes das coisas se concretizarem e deixá-los lá.

Foi aí que eu comecei a pensar que essa situação que os indígenas estavam vivendo ali, naquele momento, com a presença da mineração, já estava os atingindo diretamente. Tinha sido o mesmo com a construção da estrada e ninguém tinha feito nada para impedir que aquelas quatro aldeias tivessem sido praticamente destruídas. Aquela matança era um genocídio – cada aldeia tinha mais de 300 indivíduos e, de repente, sobrou de 30 a 20 indígenas. A destruição foi horrível nas aldeias. Fiquei pensando nessa situação e em como o Brasil era terrível. Como é que se fazem essas coisas na ilegalidade? Como é que um governador tem a “cara de pau” de se envolver em um negócio desses? Em uma ditadura, a política no Brasil, era o contrário do que realmente queríamos e gostaríamos de ter. Como se muda esse país se não for pela política? Foi nisso que eu comecei a pensar quando decidi fazer Ciência Política. Eu queria entender a dinâmica dessas coisas e como seria possível mudar isso. Os

milicos são muito cícosos. Eles ameaçaram prender o Ken, somente porque ele era estrangeiro – e mesmo sendo casado com uma professora brasileira. E eles chegaram lá e se meteram em tudo, apesar de terem conseguido, de fato, acabar com o garimpo naquele momento. Eu duvido, contudo, que eles tenham colocado na cadeia o governador de Roraima e os outros “grandalhões” do estado do Amazonas que estavam metidos nesse garimpo.

Roberto Véras de Oliveira: Angela, você teve notícias dessa aldeia depois? Ela se concretizou?

Angela Araújo: Até procurei saber, mas não tive notícias. E era uma fase muito dura da ditadura, inclusive, porque era o governo Médici (1969 a 1974), no começo dos anos 1970 – os mais obscuros. Existia toda uma perseguição na universidade e muitas pessoas passaram por isso. É lógico que não podíamos sair livres desse processo. Foi uma perda para mim, e parecia que ela era minha, pois não consegui levar adiante aquele trabalho. Voltei com a sensação de que eu nunca ia me recuperar disso. Eu estava muito envolvida na reconstrução da aldeia com eles e aqui ficou um buraco. Para me reconstruir em Campinas foi uma dificuldade. Consegui? Eu consegui, mas tive que lutar muito comigo mesma para superar aquela perda, a saída quase que fugida daquele território. As pessoas da Funai me falavam muito que tinham que me levar para Brasília, pois não dava para ficar mais ninguém ali.

Celly Cook Inatomi: Nessa sua vinda para a Ciência Política, professora, você começa a trabalhar no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e entra como pesquisadora no IFCH, sob orientação da professora Maria Hermínia.

Angela Araújo: Eu entrei como aluna em 1976. Cheguei à Unicamp e comecei o mestrado em Ciência Política. Quem me orientou, como você disse, foi a Profa. Maria Hermínia Tavares de Almeida.

Celly Cook Inatomi: Também foi nesse momento que você se aproximou do tema do sindicalismo, que se tornou uma das principais marcas das suas pesquisas. Como se deu essa aproximação? Quais foram as discussões e os autores que te chamaram a atenção para você parar nesse debate?

Angela Araújo: Na realidade, eu conheci a Maria Hermínia antes de ser presa. Como eu tinha interesse em questões relacionadas às organizações sociais, de estudantes e trabalhadores, já pensava um pouco nisso. Foi, então, que eu fiquei sabendo que uma professora de Campinas, que estudava sindicalismo, vinha para Brasília para uma atividade. Eu tentei entrar em contato com ela, através do Departamento de Ciência Política, e a convidei para fazer uma palestra para os estudantes de Ciências Sociais da UnB. Ela aceitou e foi falar de sindicalismo para nós. Não tenho certeza da data.

Roberto Véras de Oliveira: Foi em 1976, Angela.

Angela Araújo: Se não me engano, isso aconteceu entre o fim de dezembro e o começo de janeiro – talvez, em março –, quando eu estava para começar o mestrado. Naquela época, não precisava apresentar projeto para entrar, enviávamos um *paper* e outros documentos para concorrer ao mestrado. Eu fiz um trabalho de discussão teórica, fui entrevistada e entrei no Programa. Quando cheguei, fiquei sabendo que a Maria Hermínia iria me orientar! E eu acabei lendo a literatura sobre os anos 1930, que era também o tema da tese dela⁵.

Quando ela falou dos anos 1930, eu fiquei realmente muito curiosa e comecei a ler sobre isso. Foi assim que descobri a história da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que é de 1935, e fiquei com um enorme interesse em estudar esse grupo. Conversei com ela e disse que era isso que eu queria pesquisar. Ela ficou espantada e me disse que não acreditava no meu pedido. Estávamos ainda durante a ditadura e eu já tinha sido presa: estudar a ANL poderia ser muito complicado. Então, eu pedi a ela uma sugestão, ao que ela respondeu que poderia ser outro tema, e mesmo sobre os anos 1930, que eu já tinha conhecimento. Foi assim que fui ler tudo o que tinha sido escrito, inclusive do Ricardo Antunes, que entrou no mestrado no mesmo ano que eu, mas na Sociologia.

Roberto Véras de Oliveira: Você defendeu primeiro do que o Ricardo Antunes?

Angela Araújo: Não, ele defendeu o mestrado antes de mim.

Roberto Véras de Oliveira: Ele também fez um estudo sobre os anos 1930, a respeito da implantação do sindicalismo do Estado, certo?

Angela Araújo: Exatamente. Eu li a tese dele e as nossas posições eram muito diferentes⁶. Eu li tudo que tinha sido publicado sobre os anos 1930, incluindo sobre a ANL, e, com isso, comecei a fazer o projeto de mestrado junto à Maria Hermínia. Eu sabia que muitas pessoas já tinham escrito sobre a implantação do sindicalismo oficial, contudo, eu discordava delas – inclusive da Maria Hermínia.

Ela abordou o assunto muito pelo viés do Estado, do que estava acontecendo com esse ator e como ele implantava aquele sindicalismo. Mais do que isso, ela diz que o sindicato teve sucesso porque ele assegurava, por exemplo, direitos para os dirigentes sindicais e começou a promover a legislação trabalhista. Foi assim que o sindicato se tornou importante e permaneceu, pois ele realmente foi o elemento central de organização das massas trabalhadoras, tanto durante os anos 1930 quanto após esse período. Ele foi um grande instrumento

5 Almeida, Maria Hermínia T. **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, 1979.

6 Antunes, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe (1930-1935)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 1980.

de organização dos trabalhadores no pós-Estado Novo, mas a sua reconstrução e atuação mostraram que o sindicato construído pelo Getúlio, mantido em 1934 e 1937, na Constituição de 1934 e depois com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), era o sindicalismo que tinha a capacidade de reunir as massas trabalhadoras que o transformavam, mesmo atrelado ao governo, em uma instituição de luta. E eu discordava, em parte, desta visão e também do Ricardo Antunes, que defendia que o sindicato oficial tinha sido imposto pela repressão – e que foi isso que acabou com os sindicatos livres. Para mim, não era bem assim.

Roberto Véras de Oliveira: Ele falava também da resistência dos trabalhadores.

Angela Araújo: Isso. E eu até concordava que tinha tido resistência, porém, não com a tese de que foi a repressão que acabou com os sindicatos livres. Na minha visão, não era bem assim: existiu repressão, todavia, não foi somente isso. Havia mais coisa no meio. E tinha outro ponto que ele não considerou: o sindicalismo patronal, pois, ao mesmo tempo, o Estado criou sindicatos de trabalhadores e de patrões. E é interessante como esses últimos foram obtendo algumas regalias, como de poder manter as suas entidades livres junto com os sindicatos oficiais. Não sei se vocês lembram disso, mas, durante muito tempo, nós tínhamos o Centro da Indústria do Estado de São Paulo (CIESP), que era organizado pelos industriais livremente, e a Federação das Indústrias (FIESP), ligada à legislação sindical, ao sindicalismo corporativo – como eu passei a chamar. Na minha visão, havia muitas coisas que não estavam sendo consideradas, como alguns setores aderiram ao sindicato controlado pelo Estado, inclusive comunistas e trotskistas, antes da repressão de 1935 e 1937. Era interessante porque, ao mesmo tempo, vários sindicatos, principalmente aqueles com algum vínculo com os partidos de esquerda, eram inicialmente contrários a oficializar os seus sindicatos. Por outro lado, a igreja católica construiu muitos sindicatos, principalmente no estado de Minas Gerais.

Roberto Véras de Oliveira: E especialmente na zona rural do Nordeste, certo?

Angela Araújo: Sim, no Nordeste, mas também nas cidades, como em Belo Horizonte. Na época, alguém tinha defendido uma tese em Belo Horizonte mostrando um pouco essa questão dos sindicatos católicos. Eu li e verifiquei os documentos e, realmente, eram vários sindicatos. Então, a igreja, junto com a esquerda, se colocava contra a legislação sindical, e os sindicatos católicos resistiram até onde puderam. Na minha tese, eu mostro a resistência, mas, ao mesmo tempo, indicando como é que foi a adesão e quem foram os primeiros a aderir. Inclusive, mostrei que os empresários aderiram mais rapidamente ao sindicato único do que os trabalhadores. Mas como é que foi essa demanda?

Os primeiros a aderir foram os sindicatos que de fato eram sindicatos que não tinham vínculo com os partidos de esquerda ou se consideravam parte dessa linha política. Eles primeiro resistiram. Depois, em 1934, quando Getúlio promulgou a Lei de Férias, somente teriam direito às férias os trabalhadores sindicalizados nos sindicatos oficiais. Isso causou a rebeldia do sindicato dos gráficos, que era o sindicato mais importante organizado pelos

trotskistas e eles, para poderem ter direito às férias, queriam a sua oficialização. Foi um ano de discussão e os trotskistas não sabiam o que fazer. No final das contas, porém, eles resolveram oficializar esse sindicato dos gráficos. O mais engraçado é que foi adotada uma estratégia de trabalhar e ganhar os trabalhadores por dentro dos sindicatos. Eles foram os primeiros a fazerem isso e, depois, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fez a mesma coisa – já em 1935. E os trotskistas fizeram logo após a Lei de Férias, ainda em 1934. Foi isso que eu mostrei na tese: como além de oficializar os sindicatos, eles começaram a atuar só com os sindicatos oficiais. Eles criaram, inclusive, uma confederação dos sindicatos de São Paulo somente com aqueles oficializados, ou seja, não incluíam mais os sindicatos livres que ainda existiam. O PCB fez o mesmo um pouco depois.

Em resumo, eu fui mostrando como existia um ponto interno entre as correntes políticas do sindicalismo, que foram participando com essa ideia de romper por dentro. Isso era algo que estava com os trotskistas e, depois, o PCB entrou com tudo. Eles conseguiram participar das eleições de vários sindicatos – até o sindicato dos jornalistas, que tinha sido fundado há pouco tempo. Isso foi entre 1935 e 1936. Ao mesmo tempo, contudo, aconteceram muitas greves de sindicatos livres e de oficializados, tanto em 1934, mas, principalmente, em 1935 e 1936. Por isso a repressão foi muito forte e, posteriormente, se recrudesciu. Quando veio o golpe de 1937, muitos sindicatos já estavam destruídos e muitas lideranças foram caçadas. Foi aí que começaram a colocar interventores nos sindicatos. Do meu ponto de vista, portanto, o panorama era muito mais complexo. Havia várias implicações que vinham desde as correntes do sindicalismo à discussão com os sindicatos de empregadores.

Celly Cook Inatomi: Professora, quando eu li a sua tese e o livro que resultou desse trabalho⁷, eu fiquei muito impressionada com a forma como você construiu a questão da participação dos sindicatos. E, para mim, essa divergência e a riqueza interna disso, que geralmente não era mostrada pelas outras teses já existentes, me fez ver o impacto dessa argumentação até mesmo sobre as teorias de cidadania que temos no Brasil. Eu, que sempre gostei de estudar direitos de cidadania, vi esse impacto de forma bastante visível, principalmente na relação entre a organização dos trabalhadores com a Constituinte de 1933 e, depois, com a Constituição de 1934. Você mostrou como é que foi se dando essa construção e, então, eu fui ficando interessada em saber quais aproximações ou distanciamentos você poderia fazer quando analisamos a Constituinte de 1987 e a nossa Constituição de 1988. Como especialista no tema, a partir da questão do sindicalismo ao longo dos governos democráticos, como você vê isso após 1988?

Angela Araújo: Em relação à Constituição de 1988, penso que temos algo importante a considerar que é o seguinte: a construção do processo de abertura foi a oportunidade para muitos movimentos contrários à ditadura se constituírem e se fortaleceram; eles foram para rua e fizeram muita mobilização, inclusive, em torno da questão das eleições diretas para presidente. E eu participei de tudo isso. Comecei participando do comitê da Anistia que fizemos aqui em Campinas e, depois, das mobilizações.

⁷ Araújo, Angela M. C. *A Construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1998.

Nesse momento de abertura, uma coisa que eu percebi entre os sindicatos foi que eles foram se fortalecendo. Já tinham tido manifestações importantes, por exemplo, como as greves de 1968 que acarretaram prisões, afastamento de lideranças sindicais e fechamento de sindicatos – as greves de Contagem e Osasco são as mais famosas. E, posteriormente, nos anos 1970, aconteceu o nascimento do novo sindicalismo, um momento de transformação para o movimento do ponto de vista de uma liderança que tenta recuperar a tradição de luta e da militância que estava totalmente impedida pela repressão sindicalista. Foi assim que aconteceu toda essa mobilização que, na minha opinião, foi muito importante e que fortaleceu o sindicato.

Na década seguinte, nós tivemos um crescimento, inclusive, de greves e outras mobilizações, além da fundação de algumas centrais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e é formado o Partido dos Trabalhadores (PT). Para mim, esse foi um momento importante de luta sindical e do surgimento de uma liderança que tenta eliminar dos sindicatos os resquícios ditatoriais da legislação que continuavam neles: foi colocada a questão da negociação coletiva e da mobilização dos trabalhadores nisso, como um elemento central daquele contexto. Para as pessoas envolvidas, existia um sentimento de “agora vai”. Não éramos somente nós, os acadêmicos das universidades, que estávamos lutando. Já tinha acontecido a Comissão de Anistia. Eu fui para São Bernardo (SP) algumas vezes, a fim de acompanhar a organização dos trabalhadores. Participei de assembleias em que Lula participava, em estádios de futebol e em outros lugares. Muitos trabalhadores compareciam. Isso tudo realmente trazia um ânimo, um sentimento de possibilidade de mudança que vinha junto com essa modificação.

Quanto à Constituição, penso que foi central esses movimentos terem conseguido incluir nela os seus direitos, ficando assegurados não apenas pela CLT, que é uma lei local, mas pela manutenção do sindicato. Apenas uma coisa não se concretizou. A CUT e o PT falavam em liberdade sindical, mas esse novo sindicalismo não conseguiu mobilizar, por exemplo, a ideia de eliminar um sindicato único e o imposto sindical. Não sei qual era a porcentagem de lideranças sindicais e de trabalhadores que estavam de acordo com isso – o maior problema, inclusive, era o imposto sindical, um recurso muito importante para os sindicatos garantirem a sua sobrevivência. Quando isso aconteceu, foi uma paulada. As entidades não conseguiram nem se preparar minimamente para a sua manutenção. E eu fico pensando na experiência dos anos 1930, em que era interessante como, por exemplo, diante da existência de poucos recursos, vários sindicatos anarquistas dividiam um prédio no centro de São Paulo. Alguns deles persistiram e somente acabaram com a repressão bárbara que começou antes do golpe de 1937.

Um deles, sobre o qual eu gostava muito de ler, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo, era composto de uma massa de trabalhadores muito grande e bem-organizada – e era um sindicato anarquista. Em algum momento, quando eles estavam em uma disputa com o patronato pelo salário – que estava indisposto a negociar – eles ocuparam e tocaram as padarias. Eles tocaram o negócio normalmente, fizeram tudo que devia ser feito, todavia, o patrão não entrava. E foi uma experiência incrível. Primeiro, eles conseguiram paralisar a grande maioria das padarias de São Paulo e, depois, colocaram elas para funcionar somente para o trabalhador. Uma experiência que vem, obviamente, dos anarquistas. Essa foi uma marca dos anos 1930 e dos anarquistas, que mostravam que havia uma saída: que era possível fazer padaria em qualquer empresa

sem padrão. Também foi um momento rico do ponto de vista da luta. A ANL, por exemplo, estava disputando a rua com o crescimento de grupos nazifascistas em São Paulo e em outros estados, como o Rio de Janeiro. Eles se enfrentavam no braço. Comunistas e trabalhadores de vários sindicatos participaram dessa mobilização de combate.

Roberto Véras de Oliveira: Apesar desses vários momentos importantes de mobilização e participação mais efetiva dos trabalhadores, nos anos 1930, e depois, após-1945 e, especialmente, mais perto da virada da década de 1970 e 1980, a opção de atuar por dentro da estrutura sindical acabou prevalecendo como opção estratégica. Há quem critique e quem defenda isso, mas o fato é que a estrutura sindical se manteve como base institucional a partir da qual essas atuações se faziam mais reconhecidas e legitimadas.

Angela Araújo: Tenho certeza disso, Roberto. Realmente a liderança política não conseguia pensar em uma alternativa para eles. Eu entendo que a estrutura que foi montada era defendida pelos comunistas. Eu li muitos documentos do Partido Comunista e dos trotskistas – encontrei um arquivo trotskista em São Paulo e, muitas vezes, dei com a “cara na porta” porque ele ficava na casa de um homem que juntou toda essa documentação; às vezes, porém, ele me deixava ler o material. Li muita coisa sobre como os trotskistas se manifestavam e viam a questão do sindicato em diferentes períodos. Agora, esse arquivo está todo aqui no AEL. Eu batalhei muito para isso quando eu estava na direção do Arquivo e, mais recentemente, ele chegou. Esse material é muito precioso e interessante, tem muitos documentos, jornais e boletins do período.

E eu fiz uma coisa que as pessoas que estudaram o período não fizeram do mesmo jeito: fui para muitos arquivos encontrar documentação e ler tudo. Peguei férias e passei semanas no Rio de Janeiro, para ficar na Biblioteca Nacional o tempo todo. Em São Paulo, direto, eu ia para o arquivo do Estado de São Paulo. Quando eu encontrava acervos menores, também olhava o material deles. Eu guardei as fichas que eu fazia dessa documentação até bem pouco tempo atrás. Depois, coloquei tudo para fora, pois não tinha mais espaço aqui dentro do meu escritório – toda aquela quantidade enorme de fichas onde eu anotava as coisas que eu ia lendo nos arquivos. Já era possível fazer cópias, mas eu amava fazer tudo à mão, nas fichas.

Celly Cook Inatomi: Professora, penso que a inovação não está somente na pesquisa em si, mas também na sua forma de se relacionar com ela. Li o seu memorial e conversei com a Bárbara, previamente, antes da nossa entrevista, para a construção do roteiro. E algo que me chamou muita atenção foi a forma como você escolheu os seus temas de pesquisa, que parece estar sempre muito atrelada à realidade que está sendo vivenciada. Desde as pesquisas relacionadas à gênero no trabalho ou mesmo a questão da economia solidária – trabalhado pela Bárbara – também são muito influenciadas e influenciam a sua relação com orientandos e com a sala de aula. Parece haver uma simbiose muito grande.

Eu gostaria que você comentasse um pouco a respeito dessa forma de fazer pesquisa tão imbricada com a questão da orientação e com a sala de aula, pois ela é bastante rica e interessante. Eu fico muito admirada quando eu vejo essas coisas acontecerem, porque não é algo que o pesquisador faz sozinho, é parte de uma interação com diversas outras pessoas e pesquisadores.

Angela Araújo: Agradeço que você tenha mencionado isso, mas não acredito que eu seja a única a fazer isso. Muitos outros professores têm essa relação com os alunos e orientandos. De fato, eu não consigo separar muito a pesquisa da docência. Para mim, elas são coisas muito relacionadas. E isso acontece desde as disciplinas que eu ofereci durante muito tempo na graduação, que eram da Ciência Política mesmo, como “Teoria do Estado”.

Celly Cook Inatomi: Eu fiz essa disciplina com você.

Angela Araújo: Comigo?

Bárbara Castro: Celly e eu somos da mesma turma, Angela.

Angela Araújo: Uma vez a Andréia Galvão me falou que ela resolveu fazer Ciência Política depois de ter estudado comigo. Eu gostei de ouvir isso.

Bárbara Castro: Só um comentário, Angela. Suas aulas eram tão boas, não é, Celly? Eu anotava tudo naquelas aulas.

Celly Cook Inatomi: Eu também tenho todas anotadas.

Bárbara Castro: O fichamento do *18 de Brumário*⁸ é o ponto de partida.

Celly Cook Inatomi: Exatamente! Isso é muito interessante, professora, porque, embora você fale que não é a única a fazer isso, não vemos tal coisa de forma tão explícita ou falada. Muitas vezes, não é nem admitido que existe um impacto do orientando sobre o trabalho do professor. E isso, para mim, é muito rico. Gostaria, agora, de entrar na sua experiência enquanto docente no IFCH, a fim de pensarmos um pouco sobre o início da sua trajetória como professora. Você entrou na Unicamp, via concurso, em 1985.

Angela Araújo: Sim, o concurso foi realizado em 1984, mas eu comecei em março de 1985.

Celly Cook Inatomi: Em 1999, então, você se efetivou no cargo de professora assistente-doutor. De 1984 a 1994, você deu aulas na graduação e, a partir de 1994, se eu não me engano, na pós-graduação. Nesse contexto, você passou a lecionar no Programa

8 Marx, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

de Doutorado em Ciências Sociais e no mestrado em Ciência Política. De quais linhas de pesquisa você participava nesse momento inicial? E você notou mudanças significativas nelas ao longo do tempo?

Angela Araújo: Na realidade, as linhas de pesquisa da Política mudaram muito pouco ao longo do tempo. Se não me engano, construímos uma linha na pós-graduação, principalmente para pesquisa, que era voltada para a questão dos movimentos sociais e sindicalismo. Depois, acredito que houve uma mudança na maneira de escrever essa linha, mas tenho que verificar essa informação. Eu sempre fiquei nessa linha e outras pessoas também passaram a participar, como a Andréia, e especialmente colegas que trabalhavam mais com movimentos sociais.

Celly Cook Inatomi: Quem participava dessa linha nesse momento, professora?

Angela Araújo: Antigamente, eu acredito que, além de mim, estava a Luciana Tatagiba, que é da área de movimentos sociais, a Andréia Galvão e o Armando Boito, que participou um período também, sob a perspectiva do sindicalismo. Não sei se, atualmente, ele está envolvido nisso, mas penso que não. Não tenho certeza se a Evelina participava, talvez um pouco por causa dos movimentos sociais, mas, é provável que ela estivesse em outra área e não nessa, de teoria política. Não era um grupo muito grande, e as pessoas, muitas vezes, também estão em duas linhas. Eu nunca fiz isso, apesar de algumas vezes ter pensado em publicar algo na linha de pensamento político, todavia, eu não fiz e não vou fazer pesquisa nessa linha. Agora, eu estou com uma ideia na cabeça que é a de publicar algo sobre Bob Jessop, que seria uma coisa de pensamento político. Eu quero fazer isso porque eu devo a ele e gosto muito dele. Uma vez, dei um curso inteiro sobre ele. Isso aconteceu quando não fui à reunião de distribuição de disciplinas e fui obrigada a assumir uma disciplina obrigatória de pensamento político que, na minha visão, era muito pesada.

Bárbara Castro: Nunca se pode faltar nas reuniões do Departamento de distribuição da disciplina.

Angela Araújo: Exatamente. Ontem mesmo eu faltei de novo, mas, enfim. Então, ficar somente discutindo pensamento político não era uma coisa que eu queria fazer. Eu gosto mesmo é de pesquisa empírica. É interessante observar ainda que nós já tivemos mais pessoas trabalhando com as questões de trabalho e sindicalismo, mas, contudo, isso foi diminuindo. Essa temática está sendo mais trabalhada na Sociologia do que na Ciência Política. No passado, tinha além da Maria Hermínia, o Juarez Brandão Lopes e o Leôncio Martins Rodrigues.

Celly Cook Inatomi: Professora, e além das disciplinas obrigatórias que você ministrou na pós-graduação e na graduação, como “Teoria do Estado”, você também ministrou cursos relacionados às suas pesquisas, como sobre sindicalismo, gênero e trabalho e a questão da economia solidária. Ao longo desse tempo e com essas pesquisas, gostaríamos de saber quais foram os principais debates que você viveu em sala de aula.

Angela Araújo: No tema do sindicalismo, há algum tempo que temos disciplinas, apesar dos debates serem menos fortes – sempre tem alguns alunos que se envolvem com uma ou outra questão e, então, isso gera uma discussão mais aguerrida. Faz muito tempo que eu a ofereci. Eu já dei também uma disciplina mais geral sobre trabalho e gênero e como as mulheres trabalhadoras têm que pensar nas desigualdades no mundo do trabalho. Tem muito material para estudar e muita literatura disponível a respeito desse assunto. Outro curso que dei, inclusive junto com a Bárbara, no ano passado, abordou classe, raça e gênero. Nessa discussão, juntamos esses três grandes e importantes conceitos para pensar ainda a questão da interseccionalidade. Eu já ofereci essa disciplina mais de uma vez, tanto na pós-graduação quanto na graduação, e todas as vezes foi muito interessante. Penso que eu fui a primeira a dar uma disciplina com essa temática.

E uma coisa que me chamou muita atenção, antes da Bárbara entrar comigo, foi a presença de alunos negros na turma. Tinha um número muito grande de estudantes negros, mulheres e homens. Eu cheguei a comentar isso com eles e tiramos uma foto juntos no final do curso, que tenho guardada. Eu aprendi muito com eles. Eles me apresentaram leituras que eu não tinha feito ainda, como Frantz Fanon. Às vezes, as discussões eram muito fortes, inclusive porque virava uma questão entre eles e outros alunos na sala que também começavam a participar. Ficava um debate bem quente a respeito das questões raciais e até desse cruzamento entre gênero, raça e classe. Eu gostei muito de dar essa disciplina.

Celly Cook Inatomi: Quando foi essa disciplina, professora?

Angela Araújo: Não lembro mais das datas. Me recordo que, com a Bárbara, foi no ano passado, 2023? Porém, essa ocasião que contei acima, quando tive vários alunos negros, eu estava ofertando a disciplina sozinha. Isso foi, talvez, há uns três ou quatro anos atrás.

Celly Cook Inatomi: De todo modo, é bastante recente.

Angela Araújo: Penso que foi antes da pandemia, então, pode ter sido em 2019.

Celly Cook Inatomi: Eu faço essas perguntas porque me interessa bastante esse ponto, inclusive porque nós temos muita discussão sobre o que os alunos querem discutir em sala de aula. Às vezes, com o Andrei, vamos discutir temas como direitos, cidadania e judiciário e eles querem pensar outros assuntos que abrangem de forma mais geral outras disciplinas, tais como a questão racial e de gênero. Isso impacta a forma pela qual nós ofertamos o curso. É bem interessante essa interlocução.

Roberto Véras de Oliveira: Tenho uma questão em relação a isso que a Angela estava falando. Vários pesquisadores trabalharam com o tema do sindicalismo e influenciaram bastante o debate nacional, como o Leôncio, o Ricardo Antunes, o Boito e o Edmundo Dias

– que foi, inclusive, sindicalista. E, em alguma medida, a forma que assumiu esse debate se confundia com a discussão das diversas vertentes do marxismo. O lukacsismo do Ricardo, o althusserianismo e poulantzanismo do Boito, o gramscismo do Edmundo e, enfim, o Leôncio, que era antimarxista, mas que já tinha sido trotskista no passado.

Angela Araújo: Exatamente.

Roberto Véras de Oliveira: Existe uma certa fronteira aí de interesses e de influências entre o marxismo e o sindicalismo. Houve momentos em que o debate ficou acirrado, como entre o Ricardo, o Boito e o Edmundo – eu mesmo participei de momentos de discussões profundas, na Unicamp, ao longo da década de 1990. Você também tinha a sua vertente. Queria, então, trazer uma re colocação do problema que foi colocado aqui pela Celly. A minha pergunta é a seguinte: como é que isso repercutia nos alunos. E, do ponto de vista dessa repercussão, como isso apareceu para você?

Angela Araújo: Sim, as coisas ficaram bem acirradas. Eu nunca participei diretamente disso, porque eu tinha uma posição diferente. A discussão entre Ricardo e o Armando e a discordância radical entre eles partia das suas visões teóricas. Eu sou gramsciana, assim como o Edmundo – que também não entrava nas discussões do trabalho etc.

Roberto Véras de Oliveira: A não ser como sindicalista, certo?

Angela Araújo: Lógico. Era uma coisa muito chata. A princípio, conversávamos e discutíamos com esse grupo que estudava trabalho. O Ricardo, cujo trabalho e livros têm uma dimensão teórica, quando tinha um aluno que queria fazer pesquisa empírica, vinha até mim. Como a sala dele é do lado da minha no IFCH, ele me perguntava se eu não podia dar uma força para esse aluno, explicando como acessar os sindicatos ou determinadas indústrias. Eu respondia que o aluno tinha que ligar e explicar que era um pesquisador da Unicamp, conseguindo marcar uma conversa com alguém, ou devia chegar lá na “cara e na coragem”. Geralmente, os sindicatos são receptivos, com exceção daqueles de direita, que são mais complicados. Conto isso para dizer que eu conversava muito com os alunos do Ricardo e do Armando que, de fato, queriam fazer coisas empíricas.

Eu tinha mais proximidade com o Ricardo do que com o Armando, pois eu tinha a sensação de que ele era muito impositivo. O Armando é assim, se você não concorda com algo que ele diz, você está fora. Ele corta as relações de uma forma muito rígida. E, além disso, para mim, ele ficava concentrado numa perspectiva poulantziana estruturalista, atrasada, que depois é rompida. Para ele tudo é poder. Eu já gostava do último livro do Poulantzas⁹ – ele faleceu antes de terminar – em que é adotada uma perspectiva muito mais relacional. Há coisas muito boas nesse livro e das quais eu gosto muito. Eu realmente não consigo entender a postura de pessoas que se aferram a um autor ou a uma perspectiva teórica e mantêm isso pelo resto da vida.

⁹ Poulantzas, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

De qualquer maneira, considero o Ricardo um pouco mais aberto à possibilidade de dialogar e até mais simpático para essa discussão também. Eu não concordo que, por causa de uma discussão teórica ou por não concordarem teoricamente, precise de um rompimento. Não é preciso tanto. Mas, enfim, a universidade tem dessas coisas.

Celly Cook Inatomi: Professora, gostaria de falar de outro conflito agora, que não é nem tanto teórico ou de perspectiva, mas sobre o processo de criação do doutorado em Ciência Política. Sabemos que isso foi objeto de bastante debate e polêmica dentro do Departamento de Ciência Política. Você poderia nos contar sobre o seu posicionamento e visão a respeito do processo que resultou na criação do novo doutorado, mantendo a inserção do Departamento de Ciência Política no doutorado em Ciências Sociais? Quais foram os desafios que você enfrentou ao se manter atuante nos dois Programas?

Angela Araújo: Eu estava na coordenação do doutorado em Ciências Sociais quando, quase que por uma imposição da Capes, surgiu essa discussão da construção dos doutorados disciplinares. A agência começou a exigir que os programas de pós-graduação que já tinham mestrados tivessem os seus doutorados disciplinares. A princípio, eu fiquei um pouco com o “pé atrás”, mas depois acabei concordando que era necessário e que seria importante aprofundar a discussão das questões em um doutorado em Ciência Política. Para mim, o doutorado em Ciências Sociais tinha uma perspectiva mais interdisciplinar, que podia contar com a colaboração de outros professores de fora do IFCH. Isso tinha um lado muito interessante e rico e que avança, às vezes, em relação aos estudos que ficam muito mais fechados na disciplina. Esse era o meu ponto.

Porém, uma coisa ruim aconteceu. Quando os doutorados disciplinares foram criados, tanto na Sociologia quanto na Ciência Política, os professores foram proibidos de continuar colaborando com o doutorado em Ciências Sociais. A Antropologia foi a única a não seguir isso. Essa foi uma perda muito grande – ter alguns colegas de outros Institutos foi importante para algumas áreas. Na Política, o pessoal queria que o doutorado em Ciências Sociais fosse fechado e que os professores da Ciência Política mudassem seus orientandos com bolsas para o Programa disciplinar. Em minha opinião, isso era impossível. Eu pensava que deveríamos consultar a Capes, que poderia dizer se isso era possível. Foi uma discussão muito acalorada. Eu me envolvi com ela e alguns colegas foram muito grosseiros comigo. Nesse momento, sofri um assédio moral bem feio no Departamento por parte de alguns poucos professores. O que eu fiz, então? Eu fui à prática. Fui a Brasília e falei para a coordenadora do programa da Capes que eu precisava tirar algumas dúvidas. Conversei com duas pessoas da agência: uma que trabalhava com a questão dos doutorados disciplinares e outra do setor de bolsas. Elas disseram que eu estava correta e que um doutorado novo começa com nota 3 e, portanto, sem bolsa. As bolsas que estavam com um aluno em outro programa – que não foi encerrado – deveriam ser finalizadas ali. Se houvesse uma mudança, o aluno perderia a bolsa.

Eu pedi para a pessoa do setor me escrever isso em um papel. Ele não fez isso, porém, me disse que essa era a regra da Capes. A agência não dá todas as bolsas pedidas para um doutorado que está começando. Nós começamos a aumentar isso quando se alcança as notas

5, 6 e 7. Naquela época, o doutorado em Ciências Sociais era nota 6 e, então, ganhávamos um número de bolsas que era possível distribuir para praticamente todos os ingressantes. Não me lembro quando foi isso. Bárbara, você já era doutora?

Bárbara Castro: Não, eu não me lembro. Em 2004?

Celly Cook Inatomi: Em 2006?

Angela Araújo: Creio que foi por aí.

Celly Cook Inatomi: O doutorado foi criado em 2006, certo? Acredito que as discussões começaram antes.

Angela Araújo: Por isso que eu penso que foi em 2004 ou 2005.

Bárbara Castro: Eu estava entrando na pós-graduação. No mestrado.

Angela Araújo: E, assim, a Política teve uma posição, em relação ao doutorado de Ciências Sociais, que era muito complicada. Ela nunca se misturou com as demais, como era na linha de trabalho, com a Maria Hermínia, o Juarez Brandão Lopes e outras pessoas, como o Leôncio que ficou nela durante algum tempo. A Ciência Política tinha uma área que se chamava “Estado” e foi nela que fiz meu doutorado, já que, naquela época, não tinha área de trabalho. Depois que eu virei professora, ela foi criada e eu me integrei.

Foi muito complicado, essa é a verdade. Eu cheguei a ser desacatada nesse debate. Um dia, inclusive, eu bati a mão na mesa e falei “chega, eu não quero mais ouvir essas coisas que você está falando e eu não vou mais discutir. Eu vou embora”. Eu não aguentava mais ser destrutada. Era uma arrogância absurda. Foi muito complicado.

Quando o doutorado em Ciência Política foi criado, eu falei que somente participaria se me autorizassem a ficar também na Ciências Sociais – eu trabalharia nos dois. Se eu tivesse que ficar somente na Política, eu não ficaria, poderia até mudar de Departamento. Eu tenho certeza de que me receberiam em outro Departamento. Essa discussão também foi muito difícil, mas eles perceberam que não tinha jeito. Algumas pessoas até chegaram a consultar a Capes para saber se era aquilo que eu tinha dito mesmo. Tudo se acomodou e eu continuei nos dois. É lógico que eu tenho muito mais trabalho, pois tenho orientandos na Ciência Política e nas Ciências Sociais. Isso dobra o número de orientandos que eu tenho. Atualmente, por exemplo, eu tenho 12. Todo ano eu falo que não vou pegar nova orientação, mas sempre sobra um.

Celly Cook Inatomi: A próxima pergunta é sobre os cargos administrativos e representativos que você ocupou na Unicamp, seja no Conselho Universitário ou no próprio IFCH. Como comentamos, você também foi diretora do AEL, tendo sido responsável pela mudança de local do acervo, pela expansão da sua coleção e por manter os *Cadernos AEL* ativos. Nós consideramos essas experiências muito importantes para o trabalho do professor e pesquisador dentro do IFCH. Como é que foram essas experiências para você?

Bárbara Castro: Posso só acrescentar uma questão? Eu estou começando uma pesquisa para pensar essas questões, e a Angela sempre foi uma pessoa muito ativa na vida institucional. Considero que essa é uma marca sua. A dedicação e o empenho que você sempre teve de manter a instituição de pé, seja o IFCH, a Unicamp ou tudo que engloba essa Universidade.

Celly Cook Inatomi: Eu fiz um quadro colorido de professores que ocuparam cargos administrativos. Isso é bem forte no caso da professora Angela. O dela ficou gigantesco de tantos cargos administrativos e Conselhos que ela ocupou.

Bárbara Castro: E eu queria enfatizar aqui, Angela, a dimensão de gênero dessas atividades. Gostaria que você comentasse um pouco duas coisas: uma é esse lugar difícil de estar em espaços que são de poder, de tomada de decisão; a outra é a interessante dimensão do trabalho invisível que se faz para fazer a universidade continuar funcionando, as hierarquias estabelecidas entre o que é trabalho intelectual e o administrativo, e o quanto as carreiras das pessoas que assumem grande carga de trabalho administrativo vão sendo empurradas para “debaixo do tapete”. Vejo muito seu trabalho sendo feito para mantermos nossas atividades de pé.

Angela Araújo: Eu não me lembro se o primeiro caso que eu peguei foi o AEL, mas, talvez. Quanto ao Departamento, eu saí um ano para o pós-doutorado e, quando voltei, me passaram o cargo. Era algo como: “não te demos um ano para você ficar fora? Agora você tem que ficar aqui dentro cuidando do Departamento também”. Isso não aconteceu somente comigo. Foi assim que assumi a chefia. Penso que não foi um bom momento, pois eu tinha coisas para terminar do pós-doutorado e eu queria escrever alguns artigos – quando se assume um cargo administrativo, perde-se parte do tempo que poderia ser dedicado a isso.

Além disso, tive alguns momentos complicados como chefe do Departamento. Tínhamos um professor que era até bem-querido pelos alunos, mas, se não me engano, ele decidiu ter uma pequena editora, o que infringia totalmente o Regime de Dedicção Exclusiva ao Ensino e à Pesquisa (RDIDP). Não me lembro se essa questão surgiu do Conselho Universitário (CONSU) e foi para a Congregação, mas ouvi a respeito porque fiquei um bom tempo no CONSU e sabia que alguns colegas estavam vigilantes a qualquer violação do RDIDP. Tivemos discussões acirradas por causa disso, pois parecia uma perseguição de colegas que nem sempre eram alvos daquela questão. As informações começaram a circular e eu chamei esse colega e disse que precisávamos conversar reservadamente. Ele veio até a sala da chefia do Departamento e eu expliquei a situação: ele estava infringindo o regime e estava correndo um risco de a reitoria saber do que

estava acontecendo. A questão poderia ir para o CONSU e ele, se não mudasse a relação com a empresa, poderia ser expulso da Universidade. Expliquei que já havia comentários sobre o assunto na Congregação e no CONSU. Foi quando ele me explicou o que estava acontecendo, que ele somente colaborava com a editora, que ela pertencia à outra pessoa e que, obviamente, a atividade principal dele era a pesquisa e o ensino. Eu não me lembro exatamente como a coisa se desenrolou, mas acredito que ele optou por reduzir o tempo dele. Se não me engano, ele mudou o regime de trabalho – não me lembro se foi para o Regime de Turno Parcial (RTP) ou se ele não trabalhava mais a semana inteira, ou seja, ao invés de 40 horas, eram 20 horas. Ele decidiu que seria melhor assim, pois já tinha se comprometido com essa outra pessoa que estava fazendo um bom trabalho na editora. Considero que as coisas se resolveram da melhor forma, porque ele se deu conta do que estava acontecendo e resolveu mudar.

Ainda nos anos 1990, outra coisa complicada que aconteceu quando eu estava na chefia: um colega – que não consigo me lembrar do nome – resolveu sair do Departamento. Eu confesso que não entendo por que o pessoal o contratou, ele era muito complicado e não tinha nada de professor. Os alunos se queixavam dele barbaramente. Eu mesma, uma vez, pedi para assistir a uma aula, porque ele ia tratar de um tema que me interessava. Pedi para ficar no canto da sala ouvindo a discussão. Fiquei impressionada: era uma não-aula. Era muito confuso e difícil de entender o que ele estava falando, as coisas não tinham nexo. Ele começava com um assunto e, de repente, estava falando de outra coisa. Chegou a um ponto em que o Departamento resolveu questioná-lo se havia algum outro problema com ele em relação a essas coisas mais administrativas da universidade também. Não me lembro agora o que era. Pediram para que eu falasse com ele e foi então que sugeri a redução de tempo ou a saída dele. Mesmo sendo novata no Departamento naquele momento, eu percebi que ele produzia e pesquisava pouco. Essa foi uma coisa delicada que aconteceu e que a conversa foi importante. Eu consegui convencer que ele estava em uma situação complicada e que tinha que tomar uma atitude.

Com relação aos outros cargos que tive, eu gostei muito do AEL. Fiquei oito anos lá, primeiro como vice-diretora e, depois, como diretora. Eu gostei porque estava fazendo a minha pesquisa de tese e tinha um apreço grande por aquela documentação. Eu gostava muito do trabalho e da maneira como as pessoas se organizavam ali – gostava de trabalhar com aquele pessoal. Comecei, porém, a perceber algumas falhas. Foi, então, que eu resolvi fazer uma reunião com todos os funcionários do AEL, a fim de fazermos uma conversa coletiva sobre como poderíamos melhorar as coisas, dando um andamento um pouco mais rápido para as coleções que estavam chegando. Na minha visão, tive apoio de uma boa parte dos funcionários que trabalhavam diretamente com a documentação e que entendiam as coisas que eu estava pontuando; outros, contudo, alguns poucos, começaram a virar a cara para mim. Ao longo do tempo fui conversando e explicando que eu não estava ali para cortar ninguém e que eu queria que tivéssemos uma relação mais harmoniosa, discutindo e incorporando coletivamente o desempenho de nossas funções. Talvez, isso tenha causado certo mal-estar naqueles que pensavam que podiam fazer o que queriam e na hora que queriam. Às vezes, procurávamos uma pessoa e não a encontrávamos. Isso fazia com que o trabalho demorasse. Conseguimos acertar as coisas e estabelecemos uma dinâmica legal, que alavancou o trabalho de organização e de registro – que é um trabalho realmente inglório. Ele envolve preservar os documentos, registrá-los, limpá-los, montar coleções e organizá-las nas prateleiras. É um trabalho simples, mas, dependendo do tamanho, é demorado.

Outro dia mesmo eu fui ao AEL fazer uma visita. Eu tenho uma coisa que é a seguinte: quando eu tenho um acerto, eu fico muito feliz e quero me manter informada e saber o que está acontecendo. E, além do que, eu batalhei muito, quando estava na direção, para alguns arquivos virem para o AEL. Um exemplo é o de um colega nosso da Bahia – ele tinha sido professor aqui e depois se mudou e, agora, não vou lembrar o nome também, porque não o vejo há muito tempo. Ele tinha um acervo bem interessante sobre o movimento LGBTQIA+ que, naquela época, se falava GLS. Em uma vinda dele para cá, perguntei como ele cuidava do material e insisti para que ele o trouxesse para o AEL, porém, eu nunca consegui convencê-lo. Alguns anos atrás, eu fiquei sabendo que ele tinha mandado o acervo da Bahia para cá. Fiquei muito feliz. Nós já tínhamos o acervo do *Triângulo Rosa*, que foi o primeiro que recebemos, e que era um grupo gay de São Paulo. Recebemos o acervo dos *Somos*, que era o maior dos anos 1980 e 1990, principalmente. Depois, veio esse do Grupo Gay da Bahia (GGB), que estava montado e preservado.

Eu também fui ao Centro de Informação das Mulheres (CIM), que funcionava na Praça Roosevelt, em São Paulo, que tinha um espaço até razoável, mas limitado, sem muito para onde crescer. Eu nunca tive muito tempo de ficar lá olhando, mas aquela documentação não era muito bem tratada. Ela estava mal organizada e sem identificação. Não era fácil conseguir um arquivo para consultar. Existia um déficit de recursos, de arquivistas e bibliotecários para organizar aquilo. Algumas vezes, então, eu propus para as mulheres do grupo que atuava lá, de levar o arquivo para o AEL, onde havia pessoas preparadas para trabalhar com esse material. Eu não consegui convencê-las naquele momento, mas, posteriormente, também soube que ele veio para o AEL.

Eu fui ficando muito feliz. E a última coisa que aconteceu, nesse sentido de aquisição de novos arquivos, foi em relação ao movimento negro. O Movimento Negro Unificado mandou o seu acervo para o AEL. E o Geledés, que é um grupo que eu conheço e acompanho desde a fundação, também fez o mesmo. Eu fui lá ver toda a documentação, contudo, ainda estava tudo espalhado para começar a organização.

Bárbara Castro: A organização do material do Geledés está quase terminando, Angela. Está ficando bem legal. Qualquer dia desses, você poderá ver.

Angela Araújo: Eu sempre converso com a Denise e ela sempre me conta das novidades sobre as coleções no AEL. Eu fico muito orgulhosa disso.

Celly Cook Inatomi: Obrigada, professora, passo para a nossa última pergunta, que é sobre o legado. Você já falou um pouco sobre as pesquisas que deseja fazer e daquela outra grande que está envolvida, sobre a qual eu também conversei com a Bárbara um também antes da entrevista. Gostaria de saber se você tem alguma sugestão de temas ou leituras que considera primordial para os alunos, que devem ser feitas por eles em sala de aula ou de temas que você pesquisou ao longo da sua vida e que pensa ser importante hoje em dia?

Angela Araújo: Penso que existem muitos temas importantes na Política. A questão do entendimento do próprio Estado continua sendo um assunto muito relevante. O que ele é?

Como ele funciona? Como ele se organiza tanto do ponto de vista nacional e internacional? É fundamental entender o papel que ele tem na sociedade e pensá-lo não só como uma estrutura ou um conjunto de instituições. O Estado envolve um conjunto de relações. Considero que existe uma maneira de falar e compreender o Estado, que, para mim, é a melhor maneira de tratar essa questão. Não se pode falar de política sem tratar de conflito, lutas, ideologias e concepções. Isso perpassa as visões da política e do que se fazer com o Estado, tal como com as políticas econômicas e demais políticas públicas. Essas coisas são importantes.

Há outros temas que também são fundamentais hoje. Na linha de Estado, é fundamental discutirmos a democracia e a cidadania. O que significa cidadania? Eu já propus esse exercício para os alunos e eles ficaram calados, todos olhando um para o outro. Considero que esses são temas ainda difíceis deles terem uma concepção ou uma ideia clara que consigam colocar em uma discussão. Isso é fundamental. Outra questão é a dos direitos, que tem relação com a cidadania, mas também com as diferenças e com a redução das desigualdades. Nós temos que pensar maneiras de superar as desigualdades e considerar e respeitar as diferenças. Entram aí temas de raça, racismo e gênero. E existem muitas aberturas para onde podem ser levadas essas temáticas e, desse modo, é fundamental entender essas questões com foco na atualidade.

Eu sinto que os alunos estão muito mais focados nisso do que em momentos históricos e passados. Eu percebo, por exemplo, o significado dos 60 anos da ditadura para eles. A maioria dos jovens que estão comigo em sala estão no segundo ano – no máximo no terceiro – ficam meio parados, pensando e não conseguem ter, normalmente, uma resposta para algo que não esteja diretamente relacionado a eles. É realmente importante pensar como abordar determinados temas com esses alunos. É necessário se aproximar da realidade que eles estão vivendo, pois, sem isso, tudo parece muito distante. Essa é uma diferença que sinto em relação aos alunos de quando comecei. Antes, eles eram mais ligados às questões teóricas. Hoje, isso é uma dificuldade. Imagina como os alunos indígenas sofrem com Weber e Marx, não é, Bárbara?

Bárbara Castro: Nós precisamos mudar isso aí.

Celly Cook Inatomi: Professora, eu lhe agradeço imensamente pela sua disponibilidade e paciência por estar aqui até essa hora da noite, conversando conosco.

Angela Araújo: Eu falei demais, na realidade.

Celly Cook Inatomi: Agradeço muito por todo ensinamento que eu tive com a senhora desde que eu fui sua aluna na graduação e até os dias de hoje.

Andrei Koerner: Gostaria de agradecer muito à Angela. Foi uma entrevista riquíssima e muito interessante para nós e para o Acervo. Nós tomamos conhecimento detalhado de muitos aspectos da sua trajetória. Você falava do Arquivo e da sua paixão por arquivos. E eu também fui sempre um frequentador deles. Penso que teremos aqui um documento que vai

ser útil para muitas pessoas tanto na área de estudo do trabalho quanto na Ciência Política e na Sociologia. Teremos bastante coisa para conhecermos você.

Angela Araújo: Legal. Muito obrigada, Andrei.

Celly Cook Inatomi: Eu agradeço à Bárbara e ao Roberto também pela parceria e por estarem aqui até agora. Bárbara, especialmente, por me ajudar com esse roteiro. Te agradeço bastante.

Roberto Vêras de Oliveira: Eu te agradeço também.

Bárbara Castro: Só um comentário final, que para mim foi super comovente, é a percepção sobre como nós vamos passando o bastão. Agora sou eu quem está na direção acadêmica do AEL; sou vice do Mário. E vejam o tempo das coisas: acabamos de lançar – mandei para você em particular, Angela – o inventário do grupo *Somos*. Esse é um exemplo para pensar o tamanho e o tempo de organização de uma coletânea.

Celly Cook Inatomi: Olha a cara dela de alegria!

Bárbara Castro: Está lindo! Nós recebemos o aceite no começo da minha gestão. Para mim, foi super bonito chegar com essa coletânea. É um “caminhão” de coisas.

Angela Araújo: Exato!

Bárbara Castro: É desesperador, mas é bonito. Isso é um legado.

Angela Araújo: Fico contente, Bárbara, que você esteja lá.

Bárbara Castro: É maravilhoso.

Celly Cook Inatomi: Um dia conversamos mais.

Bárbara Castro: Muito obrigada por estar com vocês, pessoal.

FIM DA ENTREVISTA



“ Talvez, a experiência de mudança mais importante que eu tive nos últimos anos aconteceu na disciplina “Estágio em Ciências Sociais”, que é uma disciplina compartilhada entre os Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, envolvidos na Licenciatura em Ciências Sociais. Quando ela é dada pela Ciência Política, eu sou a responsável. (...). Penso que meu estilo de dar aula foi mudando um pouco com essa disciplina, porque eu comecei a fazer muitas leituras sobre a questão da relação professor-aluno. Como é possível transformar as aulas em algo mais agradável e interessante? A leitura de Paulo Freire me influencia muito. Creio também que, por outro lado, a presença dos nossos alunos indígenas tem me mobilizado bastante.

Naquele momento, estava sendo construída a famosa rodovia Perimetral Norte (BR-210), que foi planejada para atravessar todo o norte do país e chegar ao Pacífico. Nos 100 primeiros km², para desmatar a floresta e passar a estrada, eles colocaram 800 máquinas pesadas e dois mil homens. Foi uma grande destruição e eles ainda continuariam pelo Estado do Amazonas. (...). Aldeias grandes, com 300 ou 400 pessoas, foram destruídas e várias doenças, como sífilis e gripe, começaram a contaminar o povo Yanomami – três ou quatro aldeias foram totalmente dizimadas pela construção da estrada. (...). Aquela matança era um genocídio – cada aldeia tinha mais de 300 indivíduos e, de repente, sobrou de 30 a 20 indígenas.

Eu li muitos documentos do Partido Comunista e dos trotskistas – encontrei um arquivo trotskista em São Paulo e, muitas vezes, dei com a “cara na porta” porque ele ficava na casa de um homem que juntou toda essa documentação; às vezes, porém, ele me deixava ler o material. (...). Agora, esse arquivo está todo aqui no AEL. Eu batalhei muito para isso quando eu estava na direção do Arquivo e, mais recentemente, ele chegou.

”